

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAMILA D'ALEGRIA NARCISO BRANCALHÃO

Políticas ambientais e atitude política: a relação entre ideologia e aceitação de
políticas públicas no Brasil

Maringá
2026

CAMILA D'ALEGRIA NARCISO BRANCALHÃO

Políticas ambientais e atitude política: a relação entre ideologia e aceitação de políticas públicas no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo A. Ribeiro

Maringá

2026

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Brancalhão, Camila D'Alegria Narciso

B816p Políticas ambientais e atitude política : a relação entre ideologia e aceitação de
políticas públicas no Brasil / Camila D'Alegria Narciso Brancalhão. -- Maringá, PR, 2026.
68 f. : il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2026.

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Políticas ambientais - Brasil. 3. Preservação ambiental -
Brasil. 4. Ideologias políticas. I. Ribeiro, Ednaldo Aparecido, orient. II. Universidade
Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de
Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 363.7

Vanessa de Souza Pianovski - CRB 9/1804

CAMILA D'ALEGRIA NARCISO BRANCALHÃO

**Políticas ambientais e atitude política: a relação entre ideologia e aceitação
de políticas públicas no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, avaliada pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Documento assinado digitalmente

 EDNALDO APARECIDO RIBEIRO
Data: 16/01/2026 09:21:02-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

**Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
(Orientador/Presidente)**
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente

 ÉDER RODRIGO GIMENES
Data: 16/01/2026 11:29:40-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente

 GUSTAVO CESAR DE MACEDO RIBEIRO
Data: 19/01/2026 09:16:33-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro
Universidade Federal do Pará - UFPA

*Àqueles que, mesmo sem presenciar, se fazem presentes:
meu pai Sinval e meus avós Manuel e Maximina.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá e à Fundação Araucária pelo apoio institucional e financeiro ao longo da jornada de construção deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro, expresso minha profunda gratidão pela orientação dedicada, paciente e intelectualmente estimulante durante todo o processo. Pelo constante apoio, incentivo e compreensão nos momentos de dificuldade.

Aos professores Dr^a. Carla Cecília Rodrigues Almeida e Dr. André Luiz da Silva, pelo incentivo e apoio desde as primeiras aulas da graduação em Ciências Sociais, quando decidi fazer o processo seletivo para o mestrado e durante esse árduo caminho de conciliar ambas as etapas.

Aos professores Dr. Éder Rodrigo Gimenes e Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro pela leitura criteriosa e dedicada que tanto me auxiliou no aprimoramento da pesquisa. E, registo também, minha profunda gratidão ao Dr. Daniel Leonel da Rocha pelos ensinamentos, apoio e paciência no decorrer desses dois anos.

À minha família, em especial à minha mãe Rosilene, aos meus irmãos Silmara e Henrique, aos sobrinhos Pedro, Paola e Antônio, e às primas Aline, Kelly e Luana, agradeço pelo suporte emocional, amor e pela compreensão diante das minhas ausências.

Por fim, agradeço aos amigos Johny Magalhães, Viviane Menão, Gabriela Barczyszyn, Elisângela de Sá, Jaqueline da Silva, Duana da Silva, Allysson da Silva, Francisco Faeti, Júlia Caetano, Sabrina Dallassenta, Michelle Stravinski, Bruna Caldieraro, Adriano Andrade e Oliv Caldieraro, pela amizade, companheirismo e constante incentivo.

[...] Os mestres modernos prometem muito pouco; sabem que metais não podem ser transmutados e que o elixir da vida é uma fábula. No entanto, esses filósofos, cujas mãos parecem ser feitas somente para revolver a sujeira e os olhos, para se debruçarem sobre o microscópio ou o cadinho, de fato, realizaram milagres. Penetram nos recessos da natureza e demonstram como ela funciona em seus recônditos. Subiram aos céus e descobriram como circula o sangue e a natureza do ar que respiramos. Adquiriram poderes novos e quase ilimitados; podem comandar os trovões do céu, imitar um terremoto e até mesmo escarnecer do mundo invisível e de suas sombras.

— Mary Shelley, *Frankenstein* (2017, p. 63)

Políticas ambientais e atitude política: a relação entre ideologia e aceitação de políticas públicas no Brasil

RESUMO

Esta pesquisa investigou como a ideologia influencia as atitudes da população brasileira diante de políticas públicas de preservação ambiental, considerando também fatores sociodemográficos como gênero, renda, escolaridade e idade. Partindo da hipótese de que indivíduos alinhados à direita tendem a demonstrar menor predisposição pró-ambiental, foram analisados dados da pesquisa "Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia" (UFPA, 2024), aplicando técnicas quantitativas como análise fatorial confirmatória, análise de componentes principais, regressões lineares e logísticas, e modelos aditivos generalizados. Os resultados confirmaram que, embora exista elevada preocupação ambiental generalizada no Brasil, a ideologia atua como fator estruturante das atitudes: indivíduos posicionados à direita do espectro ideológico apresentaram menor apoio a políticas de preservação ambiental, mesmo controlando variáveis sociodemográficas e experiências com eventos climáticos extremos. O Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP) revelou diferenças significativas entre grupos ideológicos, com cada ponto de avanço na escala ideológica (de esquerda para direita) resultando em redução média de 0,21 pontos no índice. Esses achados evidenciam que a aceitação de políticas ambientais no Brasil transcende o reconhecimento da importância ecológica, sendo condicionada por orientações ideológicas que funcionam como filtros cognitivos na avaliação de medidas específicas, contribuindo assim para a compreensão das dinâmicas contemporâneas entre ideologia, percepção ambiental e formulação de políticas públicas no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Atitude Política; Ideologia; Políticas Ambientais.

Environmental Policies and Political Attitudes: The Relationship Between Ideology and the Acceptance of Public Policies in Brazil

ABSTRACT

This study investigated how ideology shapes the attitudes of the Brazilian population toward public policies on environmental preservation, while also considering sociodemographic factors such as gender, income, education, and age. Based on the hypothesis that right-leaning individuals tend to demonstrate lower pro-environmental predisposition, data from the survey, "*Environmental Values and Attitudes toward the Amazon*" (UFPA, 2024) were analyzed using quantitative techniques, including confirmatory factor analysis, principal component analysis, linear and logistic regressions, and generalized additive models. The results confirmed that, although environmental concern is broadly high in Brazil, ideology functions as a structuring factor of attitudes: individuals positioned on the right of the ideological spectrum expressed lower support for environmental preservation policies, even when controlling for sociodemographic variables and experiences with extreme climate events. The *Political Environmentalism Support Index* (IAP) revealed significant differences across ideological groups, with each incremental shift to the right on the ideological scale associated with an average decrease of 0.21 points in the index. These findings demonstrate that the acceptance of environmental policies in Brazil extends beyond the mere recognition of ecological importance, being conditioned by ideological orientations that operate as cognitive filters in the evaluation of specific measures. In doing so, the study contributes to a deeper understanding of contemporary dynamics between ideology, environmental perception, and public policy formulation in the Brazilian context.

Keywords: Political Attitudes; Ideology; Environmental Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição do Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP).....	44
Gráfico 2. Valores preditos do IAP para a escala ideológica, com controles.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descritivas das variáveis de apoio a políticas ambientais.....	41
Tabela 2. Descritivas das variáveis de preocupação ambiental.....	41
Tabela 3. Modelos de regressão linear e logística para medidas de preocupação.....	42
Tabela 4. Estatísticas de redução de dimensionalidade.....	43
Tabela 5. Modelos de regressão linear para o IAP.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Análise de Componentes Principais

ANES – *American National Election Studies*

ANOVA – Análise de Variância

CFA – Análise Fatorial Confirmatória

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro

GAM – Modelos Aditivos Generalizados

IAP – Índice de Apoio ao Ambientalismo Político

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*

NEP – Novo Paradigma Ecológico

PSD – Paradigma Social Dominante

PVAAA – Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia

WVS – *World Values Survey*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PREOCUPAÇÃO E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	16
1.1 Fatores Sociodemográficos.....	17
1.2 Crenças ou Visões de Mundo Fundamentais.....	20
1.3 Orientações Políticas e Ideológicas.....	22
1.4 Determinantes do Apoio às Políticas Ambientais.....	23
2 IDEOLOGIA COMO VARIÁVEL EXPLICATIVA: FUNDAMENTOS, MEDAÇÃO E APLICAÇÕES.....	29
2.1 Ideologia Como Orientação Política	29
2.2 Escala esquerda-direita.....	31
2.2.1 Autoposicionamento ideológico: fundamentos e limitações.....	34
2.3 Considerações finais sobre a ideologia como variável explicativa.....	35
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 Descrição das variáveis e do modelo de análise.....	37
4 RESULTADOS	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES.....	59

INTRODUÇÃO

A crise ambiental deixou de ser uma hipótese distante e passou a integrar o cotidiano de territórios, indivíduos e disputas políticas. Ultrapassamos as discussões de “possíveis impactos futuros” e estamos lidando com enchentes, secas, tempestades e toda uma gama de consequências reais. Segundo o IPCC (2022), as atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a urbanização desordenada, estão no centro da degradação ambiental que ameaça não apenas o equilíbrio ecológico, mas a própria vida em sociedade.

Entre 2020 e 2023, foram registradas 4.077 ocorrências de desastres climáticos no Brasil, como enchentes, secas e tempestades extremas, ou seja, quase o dobro do observado em décadas anteriores (Martinez e Christofeletti, 2024). Esses números não são estatísticas distantes: são expressões de uma crise que já molda o cotidiano de milhões de brasileiros, especialmente os mais vulneráveis. Diante desse cenário, políticas públicas ambientais não podem ser tratadas como respostas técnicas isoladas, mas como instrumentos de justiça social e reconstrução coletiva.

Essa realidade, embora particularmente intensa no Brasil, reflete um padrão mais amplo observado em sociedades em desenvolvimento, onde os problemas ambientais se entrelaçam com desigualdades históricas e fragilidades institucionais. Nesses contextos, a deterioração ambiental é vista como causa, sintoma e fonte de dificuldades sociais, políticas e econômicas (Dobson, 2001). Sendo assim, cabe a reflexão acerca das formas que a opinião pública sobre os problemas ambientais se manifesta nesse cenário, considerando os efeitos sociais, políticos e econômicos como um todo.

Nesse sentido, compreender como a população percebe e reage às questões ambientais torna-se essencial, uma vez que a aceitação ou resistência da população pode influenciar diretamente o sucesso ou o fracasso das políticas. Todas as iniciativas planejadas para reverter o quadro da degradação do meio ambiente por órgãos estatais ou outras instituições devem levar em consideração o apoio ou a rejeição da população afetada (Leiserowitz, Maibach e Roser-Renouf, 2010). É nesse contexto que a produção acadêmica tem buscado mapear padrões de sensibilidade ambiental no Brasil, revelando nuances que desafiam modelos teóricos consolidados.

Desde o estudo de Crespo (1993), as pesquisas têm demonstrado que a preservação do meio ambiente frequentemente transcende condicionantes econômicas imediatas para a população brasileira, inclusive, em momentos de crise. Essa dissociação entre economia e sensibilidade ecológica desafia modelos pós-materialistas (Inglehart; Abramson, 1995; Inglehart, 1995) e sugere que o Brasil tem uma configuração cultural híbrida que favorece uma forma de consciência ecológica própria, na qual a relevância política se evidenciou na eleição presidencial de 2022 (Veiga; Ribeiro; Piaia, 2023). Contudo, essa elevada consciência não se traduz automaticamente em apoio substantivo a políticas preservacionistas ou rejeição a medidas nocivas (Fairbrother, 2022; Campbell; Kay, 2014), configurando um paradoxo que exige análises além de modelos lineares de formação de preferências políticas.

A proposta desta dissertação é investigar empiricamente o papel da ideologia na estruturação do apoio a políticas ambientais concretas no contexto brasileiro. Através da construção e validação de um índice que mensura a rejeição de políticas com potencial nocivo à preservação, buscamos identificar como orientações ideológicas condicionam a tradução de valores ambientais abstratos em apoio a políticas pró-ambiente. A partir dessa perspectiva, torna-se necessário ampliar o olhar para as dinâmicas políticas que atravessam a formulação e a recepção das políticas ambientais no Brasil, especialmente no que diz respeito às tensões entre elites decisórias e a população.

Compreender politicamente as causas e os desdobramentos das questões ambientais envolve, também, direcionar o foco para as tensões existentes entre as ações das elites políticas e as percepções e atitudes da população, que influenciam, legitimam e condicionam as respostas institucionais. Nesse sentido, o comportamento político torna-se um campo decisivo para compreender os caminhos possíveis para a formulação de políticas públicas mais eficazes e socialmente ancoradas.

Diante disso, esta dissertação tem como objetivo geral analisar o impacto do autoposicionamento ideológico na aceitação, por parte dos brasileiros, de políticas públicas de proteção ambiental, considerando também fatores sociodemográficos como gênero, renda, escolaridade e idade. A hipótese de trabalho (H1) assume que no contexto brasileiro atual, marcado por polarização e antagonismo entre grupos ideológicos, esse fator político está relacionado com atitudes de aprovação e desaprovação dessas políticas, com viés negativo para os identificados com posições à direita do espectro ideológico.

A análise foi conduzida com base em dados da pesquisa nacional “Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia” (2024), empregando métodos quantitativos para identificar padrões e associações relevantes entre as variáveis de interesse. Inicialmente, procedeu-se à construção e validação psicométrica do Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP) por meio de Análise Fatorial Confirmatória (CFA) e Análise de Componentes Principais (ACP). Em seguida, foram estimados modelos de regressão linear e logística para avaliar o efeito da ideologia sobre as atitudes ambientais, controlando variáveis sociodemográficas (gênero, idade, escolaridade e renda) e testando possíveis efeitos de moderação. Adicionalmente, aplicaram-se Modelos Aditivos Generalizados (GAM) para capturar relações não lineares, Análise de Variância (ANOVA) para comparações entre grupos ideológicos e estimativas por *bootstrap* para verificar a robustez dos coeficientes estimados. A escolha dessa abordagem justifica-se pela possibilidade de articular grandes tendências de opinião com marcos teóricos da ciência política, contribuindo para o entendimento das dinâmicas contemporâneas entre ideologia, percepção ambiental e formulação de políticas públicas.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese central do trabalho, demonstrando que a ideologia exerce papel estruturante sobre as atitudes ambientais no Brasil. Embora a população brasileira apresente elevada preocupação com questões ecológicas e forte rejeição a políticas de retrocesso ambiental, a análise revelou diferenças significativas entre grupos ideológicos. Indivíduos posicionados à direita do espectro político demonstraram menor apoio ao ambientalismo político, com redução média de 0,21 pontos no IAP a cada avanço na escala ideológica, mesmo após controle de fatores sociodemográficos. Esse padrão manteve-se consistente tanto nas medidas de preocupação ambiental quanto no apoio a políticas específicas, evidenciando que a ideologia opera como filtro cognitivo que condiciona a tradução de valores ambientais abstratos em apoio concreto a medidas preservacionistas. Ademais, a vivência de eventos climáticos extremos mostrou-se relevante, elevando em 0,64 pontos o IAP, embora não tenha apresentado efeito de interação significativo com a ideologia.

A dissertação está organizada, além de seus elementos pré e pós-textuais, em cinco capítulos: (1) apresenta os fatores associados à preocupação ambiental; (2) discute a ideologia como variável explicativa, explorando seus fundamentos, formas de mensuração e aplicações empíricas; (3) descreve os procedimentos metodológicos adotados, incluindo a base de dados, as variáveis utilizadas e as técnicas analíticas; (4) é dedicado à análise empírica dos dados, com

base nos objetivos propostos. Bem como as considerações finais, discutindo os principais achados, suas implicações teóricas e possíveis caminhos para pesquisas futuras.

1 PREOCUPAÇÃO E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo fornece a base teórica para testar a hipótese de relação significativa entre autoposicionamento ideológico e aceitação de políticas públicas ambientais no Brasil. Busca também ampliar o conhecimento sobre os fatores que influenciam a percepção dos indivíduos quanto à importância e aceitabilidade das questões ambientais.

No campo da Preocupação Ambiental (PA, ou *Environmental Concern* – EC), a literatura identifica três fatores que influenciam a forma como os indivíduos percebem e avaliam os problemas ambientais: (1) fatores sociodemográficos, como gênero, idade, escolaridade e renda; (2) crenças ou visões de mundo fundamentais sobre a relação entre humanos e natureza, frequentemente mensuradas pela Escala do Novo Paradigma Ecológico (NEP); e (3) orientações políticas e ideológicas, que moldam o apoio ou resistência às políticas públicas ambientais (Liu, Vedlitz e Shi, 2014).

Além dos fatores mencionados, é igualmente necessário considerar como a percepção pública se manifesta especificamente diante das políticas públicas de preservação ambiental, visto que, de acordo com Kingdon (1995), o posicionamento da população consolidou-se como um fator decisivo na definição da agenda política. Esse reconhecimento ampliou-se a partir de meados do século XX, sobretudo em países democráticos, quando se intensificaram as pesquisas de opinião e os debates sobre os impactos da ação humana no meio ambiente (Fairbrother, 2022).

De acordo com Fairbrother (2022), a crescente atenção dedicada às atitudes ambientais levou ao desenvolvimento de diversas abordagens metodológicas para mensuração dessas percepções. O autor destaca também a complexidade do fenômeno e a necessidade de que sejam interpretados com cautela e rigor. Pesquisadores como Guber (1996), Pierce e Lovrich (1980) e Xiao, Dunlap e Riley (2007) apontam para uma dimensão única que explicaria a maioria das

atitudes¹. Por outro lado, estudos como os de Buttel e Johnson (1977), Carman (1998) e van Liere e Dunlap (1981) defendem a existência de múltiplos fatores subjacentes².

Essas divergências teóricas tornam-se mais evidentes quando analisamos contextos específicos. O Brasil, em particular, oferece um exemplo revelador. Estudos realizados durante a Rio-92 (Crespo, 1993), bem como pesquisas mais recentes desenvolvidas por Bakaki e Bernauer (2018), indicam que a população demonstra elevada preocupação ambiental, mesmo em cenários de crise econômica. Essa tendência desafia os conceitos pós-materialistas (Inglehart, 1995) no que se refere à associação da consciência ecológica com sociedades que já superaram suas necessidades básicas. Como uma hipótese alternativa, Crespo (1993) sugere que a cultura híbrida do Brasil favorece uma consciência ecológica própria, visto que combina modelos modernos e tradicionais. Outro aspecto significativo dessa dinâmica é evidenciado por Veiga, Ribeiro e Piaia (2023), que demonstram a influência significativa da pauta ambiental nas escolhas eleitorais de 2022.

Os estudos mencionados revelam uma importante divergência quanto à forma de compreender as atitudes ambientais. Enquanto alguns pesquisadores as interpretam como expressões de uma preocupação geral e homogênea, outros apontam para uma estrutura mais complexa, composta por diferentes dimensões que variam de acordo com a questão abordada. Em outras palavras, um indivíduo pode demonstrar forte apoio à preservação da natureza, mas não necessariamente confiar nas políticas públicas destinadas a essa problemática, ou vice-versa. O capítulo analisa primeiro os três fatores individuais e, em seguida, discute as percepções das políticas públicas ambientais, permitindo compreender como essas dimensões se articulam e diferenciam.

1.1 Fatores Sociodemográficos

Dentre os marcadores sociodemográficos abordados por essa agenda de pesquisa, o gênero ocupa uma posição de destaque, visto que analisar como a preocupação ambiental se manifesta entre mulheres e homens pode revelar características e especificidades de grande relevância para o cenário como um todo.

¹ De acordo com Fairbrother (2022), algumas pesquisas relataram evidências que foram interpretadas como indicativas de que muitas medidas aparentemente distintas são manifestações superficiais de apenas uma dimensão atitudinal subjacente

² Outras pesquisas sugeriram que um pequeno conjunto de fatores fundamenta os conjuntos de medidas atitudinais (Fairbrother, 2022).

A construção social das relações de gênero é influenciada por fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e geográficos complexos, moldando de maneira particular a percepção e a preocupação ambiental de cada grupo. Além disso, fatores como classe e etnia também exercem impacto nessa dinâmica. Nesse contexto, as mulheres apresentam níveis mais altos de preocupação ambiental que os homens (Freitas, 2010).

As diferenças entre os gêneros são explicadas por três fatores: (1) os processos de parentalidade e socialização que ocorrem de formas diversas entre os gêneros, ocasionando diferentes expectativas acerca desses tópicos (Hamilton, 1985; McStay e Dunlap, 1983; Blocker e Eckberg, 1989; Zelezny et al., 2000); (2) as diferenças de divisão do trabalho doméstico e profissional entre os gêneros e as suas consequências na vida destes indivíduos (Blocker e Eckberg, 1997); e (3) as diferenças no processo de formação de valores entre mulheres e homens (Stern et al., 1995).

Além dessas abordagens teóricas, estudos como o de Lee (2009) aprofundam a análise comportamental, indicando que as mulheres tendem a demonstrar maior preocupação ambiental, influenciada por fatores sociais e culturais associados aos cuidados domésticos e familiares. A autora aponta que mulheres pontuam mais alto na preocupação, percepção da gravidade dos problemas, responsabilidade percebida, influência dos pares e comportamento de compra verde. Por outro lado, os homens apresentam maior tendência a vincular seus comportamentos ambientais à autoidentidade, sugerindo que sua preocupação com o meio ambiente pode estar mais relacionada à construção da própria imagem como indivíduos ambientalmente responsáveis.

Além das especificidades relacionadas às questões de gênero, deve-se levar em consideração como a preocupação com o meio ambiente se comporta entre as diferentes gerações e faixas etárias. Segundo Polli e Camargo (2016), compreender as necessidades e percepções específicas dos diversos grupos etários permite identificar direcionamentos adequados para a elaboração de políticas públicas ambientais. Os autores destacam a importância da inclusão, interação e engajamento dos diversos grupos etários, bem como do combate à desinformação e do desenvolvimento de novas lideranças em cada uma dessas faixas.

Nesse sentido, estudos realizados entre as décadas de 1980 e 1990 mostram consistentemente uma maior preocupação com questões ambientais por parte dos mais jovens, em comparação aos adultos mais velhos. Essa tendência pode ser atribuída ao fato de que os

jovens são menos integrados ao sistema econômico e social dominante, tornando-os mais receptivos a reformas ambientais (Liu, Vedlitz e Shi, 2014).

Para o entendimento mais amplo desse cenário, Polli e Camargo (2016) dividem a sociedade em três grupos etários distintos: (1) Jovens (18 a 29 anos); (2) Adultos (30 a 59 anos); e, (3) mais velhos (60 anos ou mais). O grupo dos jovens percebe o meio ambiente como um espaço compartilhado e comprehende a relação entre humanos e natureza de forma interdependente, adotando, assim, um paradigma ambiental mais progressista. Os adultos também valorizam a preservação; no entanto, adotam uma abordagem mais moderada, conciliando visões tradicionais de desenvolvimento com a proteção ambiental. Já os mais velhos, embora conscientes das questões ambientais práticas, mostram-se mais céticos em relação a mudanças radicais e tendem a manter traços do paradigma tradicional, que prioriza a utilização de recursos naturais para benefício humano.

Essa sensibilidade aos assuntos do meio ambiente entre os grupos minorizados é compreensível, principalmente se considerarmos que estas comunidades frequentemente figuram como as mais vulneráveis aos efeitos negativos dos desastres ambientais (Whittaker et al., 2005). Compreender o papel da renda na percepção e nas atitudes ambientais é importante, visto que influencia diretamente os outros fatores sociodemográficos abordados. Indivíduos com rendas mais altas, geralmente associados a maior escolaridade, tendem a ser mais sensíveis aos problemas ambientais (Anache e Laurencel, 2020). Contudo, essa sensibilidade nem sempre se traduz em consciência prática ou ações concretas. Catadores de lixo, pertencentes a grupos de menor renda, veem no lixo não apenas fonte de poluição, mas também recurso essencial para sua sobrevivência. Assim, as desigualdades socioeconômicas ampliam essa discrepância: enquanto indivíduos de maior renda frequentemente atribuem a responsabilidade ambiental ao poder público, aqueles de menor renda enfrentam diretamente os impactos ambientais em seu cotidiano.

Outra explicação possível, segundo Inglehart (1995) e Van Liere e Dunlap (1980), é que pessoas com rendas mais altas e níveis educacionais superiores tendem a assimilar informações ambientais mais rapidamente, possuem maior conhecimento sobre os problemas ambientais e desenvolvem habilidades analíticas para compreender suas reais dimensões. Os autores ressaltam ainda que esses indivíduos são mais propensos a adotar visões pós-materialistas, ou seja, a valorizar a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental em detrimento do crescimento econômico e da posse de bens materiais.

Portanto, ao considerarmos a relação entre classe social e consciência ambiental, é fundamental entender que, embora maior escolaridade possa estar associada a uma sensibilidade ampliada em relação aos problemas ambientais, isso não se traduz necessariamente em ações práticas e responsáveis (Liu, Vedlitz e Shi, 2014). As atitudes e comportamentos ambientais são fortemente influenciados pelas necessidades e condições de vida específicas de cada grupo socioeconômico, evidenciando a complexidade das interações entre renda, educação e comportamento ambiental.

Esta seção evidencia que o debate sobre os fatores sociodemográficos que influenciam a preocupação dos indivíduos com o meio ambiente possui caráter multifacetado. Foram selecionadas as variáveis de gênero, idade, renda e escolaridade; contudo, existe uma ampla e complexa gama de outros fatores que também podem ser considerados. É fundamental reconhecer a diversidade de experiências desses grupos, contribuindo para a ampliação do conhecimento científico, o enriquecimento do debate público, a formulação de políticas públicas mais eficazes e o fomento de medidas que promovam justiça socioambiental e sociedades sustentáveis.

1.2 Crenças ou Visões de Mundo Fundamentais

Conforme mencionado anteriormente, as crenças fundamentais refletem a forma como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente, influenciando as interações entre humanos e natureza (Liu, Vedlitz e Shi, 2014). Essas visões buscam compreender como as pessoas percebem e respondem a problemas ambientais específicos, abrangendo tanto perspectivas ecológicas individuais quanto concepções mais amplas sobre a relação entre a humanidade e o meio ambiente.

Um dos principais instrumentos para mensurar essas crenças é a Escala do Novo Paradigma Ecológico (NEP), desenvolvida por Dunlap e Van Liere (1978; 1984). Ela avalia a transição de uma visão antropocêntrica, que considera a natureza como fonte ilimitada de recursos, para uma perspectiva ecocêntrica, que enfatiza a interdependência entre os sistemas naturais e reconhece a finitude dos recursos. Essa mudança de paradigma desafia a ideia de crescimento econômico ilimitado e destaca a necessidade de práticas mais equilibradas e sustentáveis, capazes de assegurar a preservação ambiental e a qualidade de vida das gerações futuras.

O NEP propõe uma mudança de perspectiva com o reconhecimento dos limites da natureza e a busca pelo equilíbrio entre a ação humana e a finitude dos recursos naturais, traduzidos na transição de uma visão antropocêntrica para uma ecocêntrica. Essa transformação encontra

ressonância na teoria do pós-materialismo de Ronald Inglehart (1977; 1995), segundo a qual, à medida que necessidades materiais básicas são atendidas, emergem valores ligados à qualidade de vida, como proteção ambiental e justiça social. Nesse sentido, o NEP fornece uma forma de mensurar as atitudes ambientais descritas por Inglehart, evidenciando como as preocupações ambientais tornam-se centrais em sociedades que experimentam maior segurança econômica e estabilidade política.

Essa transformação nas atitudes ambientais encontra ressonância na teoria do pós-materialismo de Ronald Inglehart (1977; 1995). O autor argumenta que, à medida que necessidades materiais básicas são atendidas, emergem valores voltados à qualidade de vida, como justiça social e proteção ambiental. A medida proposta por Inglehart tornou-se referência em pesquisas internacionais ao distinguir prioridades materialistas e pós-materialistas. Indivíduos pós-materialistas tendem a valorizar liberdade de expressão, participação política e bem-estar coletivo, enquanto os materialistas priorizam ordem, estabilidade econômica e segurança. Essa distinção evidencia como valores culturais e sociais podem influenciar diretamente a preocupação ambiental.

Os indivíduos são classificados como pós-materialista quando priorizam objetivos como: (1) proteção da liberdade de expressão; (2) mais poder de decisão para as pessoas em questões governamentais importantes; (3) garantia de voz nas decisões sobre como as coisas são feitas em seus empregos e comunidades; (4) esforços para tornar a cidade e o campo mais bonitos; (5) progresso em uma sociedade menos impessoal e mais humana; e, (6) progresso em direção a uma sociedade na qual as ideias tenham mais importância do que o dinheiro. Por outro lado, pode ser considerado um indivíduo materialista, com prioridades mistas e posicionado em um espectro intermediário aquele que acredita na: (7) manutenção da ordem na nação; (8) relevância do combate aos altos preços; (9) valorização do alto nível de crescimento econômico; (10) preza pela garantia de que o país tenha forças de defesa fortes; (11) deseja uma economia estável; (12) preze pela luta contra o crime (Inglehart e Abramson, 1994; Abramson e Inglehart, 1995; Inglehart e Abramson, 1999, apud Booth, 2017).

Portanto, tanto o NEP quanto o pós-materialismo oferecem referenciais teóricos para compreender como crenças e visões de mundo moldam atitudes ambientais. Ainda que não componham os objetivos empíricos desta pesquisa, a fim de manter a coerência estrutural do capítulo, são aqui apresentadas para assegurar que os três pilares propostos por Liu, Vedlitz e Shi (2014) sejam devidamente contemplados.

1.3 Orientações Políticas e Ideológicas

Liu, Vedlitz e Shi (2014) enfatizam que a ideologia constitui um reflexo das crenças fundamentais sobre as atribuições do Estado na regulação das atividades econômicas e funciona como um filtro que organiza percepções e atitudes diante dos problemas ambientais. Nesse sentido, no contexto dos Estados Unidos, os autores demonstram que indivíduos com orientação liberal tendem a apresentar maior preocupação com o meio ambiente, uma vez que compreendem a intervenção governamental como necessária para mitigar desigualdades e proteger o bem coletivo. Em contraste, os conservadores revelam maior resistência às políticas ambientais, por interpretarem tais medidas como onerosas e ameaçadoras ao livre mercado. Assim, o apoio ou rejeição às políticas públicas ambientais não decorre apenas da avaliação da gravidade dos problemas, mas sobretudo da compatibilidade das soluções propostas com valores e convicções ideológicas previamente estabelecidas.

Em complemento, Campbell e Kay (2014) compreendem a ideologia como um conjunto inter-relacionado de atitudes morais e políticas, com componentes cognitivos, afetivos e motivacionais. Os autores destacam que a ideologia pode não apenas guiar, direcionar e limitar o processamento de informações, mas também influenciar diretamente os comportamentos. Esses vieses motivados na cognição e na ação podem ocorrer em qualquer posicionamento ideológico com o qual o indivíduo se identifique, dependendo de como as circunstâncias ameaçam ou reforçam suas respectivas ideologias.

No âmbito das mudanças climáticas, a negação das evidências não se deve necessariamente à dúvida sobre a gravidade do problema, mas ao conflito entre as soluções propostas e crenças ideológicas, especialmente entre aqueles que valorizam o livre mercado e a mínima intervenção governamental. Propostas como regulamentações estatais e impostos ambientais podem gerar aversão em determinados grupos ideológicos. Nesse contexto, o ceticismo climático é menos sobre a ciência e mais sobre as implicações políticas associadas a ela (Campbell e Kay, 2014).

Outra dimensão relevante é a do partidarismo, uma vez que é na disputa que se dá no interior dos sistemas partidários que as preferências políticas se definem com mais intensidade. Fatores como a posição do partido diante da questão ambiental, a lealdade partidária, bem como o alinhamento ou contrariedade das crenças dos indivíduos em relação às soluções propostas, criam um cenário mais dinâmico para essa questão. Ainda que o partidarismo seja apontado

pela literatura como fator importante na formação das atitudes ambientais, nesta pesquisa ele será tratado apenas como elemento contextual, já que a análise empírica se concentra na ideologia como variável explicativa principal.

Diante do exposto, este breve apanhado buscou apenas introduzir a relevância da ideologia como variável explicativa das atitudes ambientais, destacando sua influência na percepção dos problemas e na aceitação das soluções propostas. No entanto, considerando a centralidade desse conceito para a presente pesquisa, o próximo capítulo será inteiramente dedicado à sua análise. Nele serão discutidos de forma sistemática os fundamentos teóricos da ideologia, suas formas de mensuração e as principais aplicações no campo da política ambiental, oferecendo uma base mais robusta para compreender os resultados empíricos apresentados posteriormente.

1.4 Determinantes do Apoio às Políticas Ambientais

Para analisar e compreender o apoio às políticas públicas de preservação ambiental, é preciso reconhecer a multifatorialidade das atitudes e percepções envolvidas (Ha; Mulye, 2015). Embora algumas medidas apresentem consistência entre si, pode haver variação significativa quanto à forma como as perguntas são formuladas, sobretudo ao se tratar de aspectos como a aceitação, apoio ou disposição para arcar com custos financeiros. Essa aparente contradição indica que o apoio às políticas ambientais não se organiza de forma linear ou única, mas resulta da interação entre múltiplos fatores.

Segundo a literatura, esse apoio varia significativamente conforme a mensuração adotada e a natureza específica da política em questão. Fatores como tipo de problema, escala geográfica e atributos políticos (Konisky; Milyo; Richardson, 2008), forma de medição da resposta pública (Kyselá; Ščasný; Zvěřinová, 2019), confiança nas instituições governamentais (Kyselá; Ščasný; Zvěřinová, 2019; Kulin; Sevá, 2020) e influência das elites políticas (van Boven; Sherman, 2021) condicionam esse apoio.

De acordo com dados demonstrados por Konisky, Milyo e Richardson (2008), há maior apoio público às ações direcionadas ao combate à poluição local e nacional, sobretudo quando os impactos são percebidos de forma direta na qualidade de vida da população. Em contrapartida, questões ligadas à preservação de recursos naturais ou problemas em escala global tendem a receber menor apoio, em parte pela percepção de distância ou por não se tratar de pautas tão agregadoras quanto aquelas relacionadas à saúde pública. Os autores destacam,

ainda, que atributos políticos como a ideologia e a filiação partidária são determinantes nesse contexto: republicanos e conservadores apresentam menor inclinação a apoiar medidas ambientais, mesmo quando controlados os níveis de confiança no governo. Isso evidencia que o tipo de problema e a sua escala não apenas modulam o apoio, mas também interagem com clivagens políticas.

Segundo Kyselá, Ščasný e Zvěřinová (2019), outro fator que interfere na análise é a forma de mensuração da resposta pública, especialmente pelas dificuldades comparativas geradas pela falta de padronização entre os estudos e pela possibilidade de interpretações equivocadas sobre o real grau de apoio social. Os autores chamam atenção para o uso frequente de termos como “aceitabilidade”, “aceitação” e “suporte”, muitas vezes utilizados de forma intercambiável, mas que podem capturar dimensões distintas da resposta pública. Assim, mesmo que um indivíduo considere uma política “aceitável”, ele pode não estar necessariamente disposto a apoiá-la ou arcar com seus custos.

Para superar essas dificuldades, os autores propõem o conceito de “*policy attitudes*” como um guarda-chuva teórico capaz de integrar essas diferentes medidas, permitindo maior clareza na operacionalização e no desenho de pesquisas. Dessa forma, a mensuração da opinião pública não é neutra: ela influencia diretamente as conclusões sobre a viabilidade política das medidas ambientais (Kyselá, Ščasný e Zvěřinová, 2019).

Essa heterogeneidade metodológica mostra que a complexidade dos resultados não decorre apenas do conteúdo das perguntas, mas também da forma como são formuladas e interpretadas. Contudo, mesmo com instrumentos de mensuração cuidadosamente elaborados, o grau de confiança que os cidadãos atribuem às instituições responsáveis pela implementação das políticas permanece um fator igualmente relevante, já que sua credibilidade está sob constante avaliação.

Kyselá, Ščasný e Zvěřinová (2019) ressaltam que a relação entre confiança e apoio, embora frequentemente negligenciada, é fundamental para compreender a disposição dos cidadãos em aceitar medidas governamentais. Kulin e Sevä (2020) avançam nesse debate ao distinguir entre instituições “parciais” (como o parlamento e partidos políticos) e “imparciais” (como o sistema judiciário e a polícia). Seus resultados indicam que a confiança em instituições imparciais é particularmente relevante para transformar a preocupação com as mudanças climáticas em apoio efetivo às políticas, uma vez que estas são vistas como responsáveis pela

implementação justa e eficaz das medidas. Em países com altos níveis de confiança institucional, a preocupação ambiental tende a se converter facilmente em apoio a políticas concretas. Assim, a confiança não apenas influencia diretamente o apoio, mas também atua como moderadora entre preocupação ambiental e aceitação de políticas.

Mesmo em contextos de elevada confiança institucional, esse elemento não atua isoladamente. O modo como os líderes políticos e outros atores das elites comunicam as medidas pode reforçar ou comprometer essa confiança, além de orientar percepções sociais e emocionais sobre o tema. Van Boven e Sherman (2021) destacam que o apoio às políticas climáticas não depende exclusivamente da informação científica ou da ideologia individual, mas também dos sinais emitidos pelas elites políticas. Esses atores funcionam como transmissores de normas sociais, moldando as percepções e até mesmo as emoções relacionadas ao tema. As pesquisas mostram que cidadãos tendem a apoiar mais uma política quando ela é defendida por líderes de seu próprio partido, mesmo que o conteúdo da proposta seja idêntico ao apresentado por adversários. Isso reforça a ideia de polarização e a criação de barreiras à ação coletiva. Compreender a influência das elites, portanto, é essencial, já que muitas vezes o conteúdo é secundário diante da identidade de quem a defende.

Essa influência das elites se entrelaça com outro fator decisivo: a orientação ideológica dos cidadãos. Entre os múltiplos elementos que condicionam o apoio às políticas ambientais, a ideologia destaca-se como o preditor mais robusto e recorrente, conforme apontam Konisky, Milyo e Richardson (2008). Indivíduos com posicionamentos liberais³ tendem a apoiar com maior frequência medidas regulatórias voltadas à proteção ambiental, mesmo quando envolvem custos econômicos ou implicações em escalas geográficas amplas. Em contraste, aqueles com perfil conservador⁴ costumam apresentar maior resistência, seja por ceticismo quanto à gravidade dos problemas ambientais, seja pela aversão à intervenção estatal. Associado à ideologia, o partidarismo⁵ também exerce influência direta, uma vez que a identificação com partidos políticos pode intensificar ou reduzir o apoio conforme a posição pública adotada pelas legendas, principalmente em contextos polarizados (Konisky; Milyo; Richardson, 2008).

³ Os termos “liberal” e “conservador” são utilizados conforme a literatura internacional, especialmente norte-americana, e não correspondem exatamente às categorias ideológicas do contexto brasileiro.

⁴ *Idem*

⁵ Embora o partidarismo seja amplamente reconhecido pelos autores como fator explicativo das atitudes ambientais, esta dissertação não o contempla na análise empírica devido à delimitação do escopo. O foco recai sobre a ideologia, ficando o partidarismo como uma possibilidade de aprofundamento em pesquisas futuras.

Kulin e Sevä (2020) também destacam a percepção que os indivíduos têm sobre as instituições e a confiança atribuída a elas como elemento-chave para compreender os padrões de aceitação ou resistência manifestados. Os autores esclarecem não se tratar de um conceito homogêneo, desdobrando-se em dois tipos distintos: a confiança em instituições parciais (partidos políticos e líderes eleitos) e em instituições imparciais (sistema judiciário, agências reguladoras e órgãos técnicos).

A confiança nas instituições imparciais está associada ao apoio às políticas climáticas, uma vez que são percebidas como técnicas, neutras e orientadas ao bem comum. Já a confiança nas instituições parciais pode gerar uma ambivalência: quando partidos e líderes são vistos como comprometidos com a agenda ambiental, o apoio tende a crescer; porém, em contextos polarizados ou marcados por baixa credibilidade, essa confiança pode tornar-se um obstáculo. Ademais, os autores destacam que, em democracias consolidadas, a confiança nas instituições imparciais exerce papel moderador sobre fatores como a resistência às políticas ambientais, especialmente entre grupos mais céticos, o que reforça a importância de fortalecer sua legitimidade e transparência como estratégia para ampliar o apoio público (Kulin; Sevä, 2020).

Para além da confiança nas instituições, o modo como as políticas são cognitivamente percebidas oferece uma chave interpretativa valiosa na compreensão desses padrões. Fatores como o grau de envolvimento individual, a percepção de custos, o contexto político e os significados atribuídos às propostas configuram dimensões que tensionam e diversificam as possíveis respostas sobre as atitudes ambientais (Kyselá; Ščasný; Zvěřinová, 2019).

As respostas sobre as atitudes em relação às políticas de preservação ambiental não provêm de fontes homogêneas. Nesse sentido, as respostas têm como elementos centrais o grau de conhecimento sobre as mudanças climáticas e a percepção sobre o risco ambiental, sendo estes pontos catalisadores que ativam disposições favoráveis ou de resistência à ação política. Os rótulos, enquadramentos discursivos e linguagem utilizada para comunicar à população as políticas também exercem influência significativa sobre a avaliação que será feita sobre elas. Estes são elementos simbólicos que não apenas moldam a compreensão do conteúdo das propostas, mas também afetam a percepção de risco e a legitimidade atribuída ao agente estatal (Kyselá; Ščasný; Zvěřinová, 2019).

Para além dos esforços acadêmicos voltados à mensuração e à explicação do conceito geral de preocupação ambiental, Konisky, Milyo e Richardson (2008) destacam a importância

de compreender como essas atitudes variam quando analisadas sob diferentes escalas: local, regional e global. Tal abordagem oferece, inclusive, a oportunidade de avaliar essas preferências pelo viés da confiança nas instituições governamentais envolvidas nas questões ambientais, permitindo distinguir as atitudes que emergem em função da forma como a gestão pública se posiciona e atua.

Em síntese, os resultados da pesquisa de Konisky, Milyo e Richardson (2008) evidenciam que o apoio público à intervenção governamental em questões ambientais apresenta variações significativas conforme o tipo de problema abordado e a escala geográfica das políticas propostas. Os autores identificam maior demanda por ações estatais voltadas à resolução de problemas de poluição em níveis local e nacional, enquanto temas de abrangência global e relacionados à preservação de recursos naturais tendem a receber menor apoio popular.

Quanto à externalidade ao indivíduo, é essencial considerar como os discursos e sinalizações de líderes políticos e comunicadores sociais moldam a percepção pública. Enquadramentos discursivos e alinhamentos ideológicos promovidos pelas elites partidárias e midiáticas afetam diretamente a receptividade às propostas ambientais, ajustando o apoio conforme os valores e interesses mobilizados (van Boven; Sherman, 2021). De acordo com os autores, essas lideranças não apenas informam, mas estruturam as interpretações atribuídas às políticas climáticas, influenciando o grau de aceitação ou resistência por meio de mecanismos simbólicos e comunicacionais.

Ao destacar os custos econômicos e financeiros ou os benefícios sociais de determinada medida, os segmentos das elites em questão influenciam significativamente a receptividade da população. O posicionamento explícito de um político, acompanhado de sinalizações ideológicas, funciona como um atalho cognitivo que orienta a opinião dos indivíduos, sobretudo entre aqueles com menor nível de informação técnica sobre o tema abordado, especialmente em contextos marcados pela polarização. Diante disso, é fundamental considerar tais mecanismos simbólicos e comunicacionais na análise proposta (van Boven; Sherman, 2021).

Em síntese, a formulação de políticas públicas de preservação ambiental depende de múltiplos elementos interdependentes. Desde a percepção de justiça distributiva até a credibilidade das instituições e o modo como as elites políticas enquadram o debate. Contudo, entre esses fatores, a literatura é enfática ao apontar a ideologia como o preditor mais consistente das atitudes ambientais (Konisky; Milyo; Richardson, 2008; Van Boven; Sherman,

2021). A orientação ideológica não apenas influencia diretamente o apoio ou resistência às medidas, mas também modula como os cidadãos interpretam os custos, confiam nas instituições e respondem aos enquadramentos discursivos.

Nesse sentido, embora a literatura reconheça a relevância da multiplicidade de fatores explicativos, como confiança institucional, enquadramentos discursivos das elites, localização geográfica e percepção de custos, esta dissertação concentra-se na ideologia como variável independente central. Assim, o próximo capítulo dedica-se à análise da ideologia, buscando compreender seu papel estruturante na adesão ou rejeição às políticas ambientais.

2 IDEOLOGIA COMO VARIÁVEL EXPLICATIVA: FUNDAMENTOS, MEDIÇÃO E APLICAÇÕES

O segundo capítulo desta dissertação tem como objetivo apresentar a conceituação de ideologia e de sua mensuração, contribuindo para a análise central deste trabalho, que trata das atitudes em relação às políticas ambientais no Brasil. A relação entre ideologia e a preservação do meio ambiente tem sido amplamente investigada, dada a magnitude dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e a necessidade de implementar políticas públicas capazes de mitigar seus efeitos. Nesse contexto, compreender como os indivíduos percebem a problemática ambiental por meio da ideologia e como respondem às soluções propostas torna-se essencial para o entendimento dessa dinâmica.

Além da delimitação do conceito de ideologia como sistema de crenças e orientação política, este capítulo também apresenta a escala de autoposicionamento esquerda-direita, utilizada como instrumento de mensuração das diferenças ideológicas. Essa medida, amplamente empregada em pesquisas políticas, será fundamental para a análise desenvolvida no capítulo empírico.

Por fim, este capítulo aborda a ideologia não apenas organiza preferências políticas, mas também como ela influencia a forma como os cidadãos avaliam políticas ambientais específicas e interpretam evidências sobre as mudanças climáticas.

2.1 Ideologia Como Orientação Política

O termo "ideologia" foi inicialmente concebido como projeto de ciência das ideias, opondo-se aos dogmas religiosos e fundamentando-se na racionalidade e experiência humana. Rapidamente, porém, adquiriu outras conotações, passando a ser entendido como instrumento de poder e transformação política, inclusive com uso pejorativo em determinados contextos históricos (Kennedy, 1979). O autor destaca a ideologia como reflexo das relações materiais e mecanismo de manutenção do poder, sublinhando sua relevância para o desenvolvimento da teoria política e social do século XX. Cerca de meio século antes disso, Mannheim (1929) já a concebia como um sistema de crenças dominantes voltado à sustentação da ordem vigente, em contraste com o conceito de utopia⁶. Embora tenha se originado como um projeto orientado pela racionalidade, a ideologia é hoje compreendida como um conceito essencialmente político,

⁶ Força disruptiva capaz de propor uma nova configuração social e, eventualmente, uma nova ideologia (Mannheim, 1929).

que atravessa disputas de poder e processos de formação de valores e comportamentos. Por isso, constitui um elemento central para esta análise.

A relevância da ideologia no debate político torna-se ainda mais evidente quando analisada a partir das múltiplas dimensões reveladas por abordagens empíricas, o que permite captar sua complexidade e sua influência nas atitudes e comportamentos políticos. Nesse âmbito, a partir da década de 1960 iniciaram-se debates e investigações empíricas sobre a capacidade dos cidadãos comuns de estruturar suas opiniões políticas de maneira ideologicamente coerente.

Converse (1964), com evidências pioneiras obtidas por meio de *surveys*, constatou que a maioria dos cidadãos não possui opiniões políticas consistentes e bem organizadas, sendo que apenas uma pequena elite política apresentaria esse padrão. O autor argumenta haver uma “inocência ideológica”, isto é, uma limitação das camadas populares em utilizar ou compreender adequadamente termos como “liberal” e “conservador”, resultando em crenças políticas mais fragmentadas (Converse, 1964; Kinder, 1983).

Segundo Converse (1964), a associação de ideias entre os indivíduos das camadas populares depende da concretude dos eventos e da simplicidade das informações. A falta de refinamento político e clareza de percepção tornaria as mudanças nas orientações políticas reações a eventos conjunturais, baseados em percepções superficiais sobre a situação do país ou pela influência das elites.

Kinder (1983), por sua vez, amplia essa perspectiva ao incorporar outros fundamentos estruturantes da opinião pública além da ideologia formal. Entre estes, destaca interesses pessoais, identificações grupais, valores centrais, experiências históricas e traços de personalidade. Segundo o autor, a crescente ideologização observada por Nie, Verba e Petrocik na obra *The Changing American Voter* (1979) não refletiria uma transformação substancial na estrutura da opinião pública, mas sim possíveis reflexos das alterações realizadas nos instrumentos de pesquisa.

Kinder (1983) sugere, assim, a superação da ênfase excessiva na ideologia como chave explicativa da opinião pública. Para tanto, seria necessário reconhecer que as camadas populares se expressam de maneira heterogênea e instável, o que exige o diálogo entre Ciência Política e psicologia social, uma abordagem empírica e plural, menos normativa, e a consideração das individualidades e afetividades que estruturam as crenças políticas.

Dando continuidade a essa perspectiva, Zaller (1992) argumenta que, embora as massas não possuam um sistema de crenças ideológicas sofisticado como o das elites, seus comportamentos não são totalmente aleatórios ou fragmentados. A maneira como os indivíduos recebem e interpretam informações exerce forte influência na estruturação de suas preferências, sendo relevante não apenas o papel das elites, mas também a mediação exercida pelos veículos de comunicação.

Diante da constatação de que os cidadãos nem sempre estruturam suas crenças de forma plenamente consciente, pesquisadores buscaram elaborar instrumentos capazes de operacionalizar a ideologia em pesquisas empíricas. Entre as alternativas propostas, a escala esquerda-direita consolidou-se como a medida mais difundida, dada a sua simplicidade e capacidade de ordenação. Estudos nacionais e internacionais demonstram que essa escala permanece como referência central para compreender o comportamento político.

A despeito da multiplicidade de estratégias metodológicas para mensurar a ideologia, seja pela análise de programas partidários, pela classificação de documentos programáticos (Tarouco e Madeira, 2013)⁷ ou por *surveys* legislativos e eleitorais (Zucco, 2011)⁸, a literatura converge quanto a pertinência da dimensão esquerda-direita como eixo estruturante das disputas políticas.

Do ponto de vista empírico, a escala esquerda-direita constitui uma das formas mais utilizadas para a operacionalização das estruturas cognitivas anteriormente mencionadas. Embora simplifique a diversidade de valores e crenças, trata-se de um instrumento eficaz na captação das diferenças nas atitudes políticas e será central na análise sobre o apoio às políticas públicas de preservação ambiental desenvolvidas neste trabalho.

2.2 Escala esquerda-direita

A mensuração da ideologia é um desafio recorrente na Ciência Política, dada a complexidade dos valores e crenças que estruturam as orientações individuais. A escala esquerda-direita, amplamente utilizada como referência em pesquisas, sintetiza diferenças ideológicas em um eixo simples, permitindo captar padrões e posicionamentos políticos dos cidadãos. Neste

⁷ Tarouco e Madeira (2013) defendem a utilização da escala esquerda-direita ao mostrar que, apesar das críticas e da necessidade de adaptações ao contexto brasileiro, ela continua sendo um instrumento válido para ordenar partidos e captar diferenças ideológicas. Os autores ressaltam que a escala sintetiza clivagens históricas e econômicas, funcionando como referência analítica central para compreender o sistema partidário.

⁸ Zucco (2011) demonstra que, apesar de variações na forma como parlamentares utilizam a escala, a clivagem esquerda-direita continua sendo um parâmetro válido para ordenar partidos e compreender preferências políticas, sobretudo pela associação consistente entre posições ideológicas e maior ou menor intervenção estatal na economia.

trabalho, a escala de sete pontos será empregada como variável central nos modelos de regressão apresentados no Capítulo 4, fundamentando-se na tradição da literatura e na necessidade de operacionalizar a ideologia de forma clara e comparável, de modo a avaliar sua influência sobre a preocupação ambiental e o apoio a políticas públicas de preservação ecológica.

Para compreender melhor a relevância dessa medida, é necessário retomar a oposição entre esquerda e direita, que, mesmo diante de profundas transformações sociais e políticas, sobrevive há mais de dois séculos como a dicotomia que oferece um quadro de referência simbólico e político com a maior capacidade de orientar tanto as elites quanto os eleitores. Compreender o que significa “esquerda” e “direita” em diferentes contextos históricos e nacionais é fundamental para desvendar como os indivíduos e partidos organizam suas posições no espectro ideológico. Esta seção busca, portanto, discutir as bases conceituais e empíricas da escala esquerda-direita e suas premissas analíticas.

A dicotomia esquerda-direita tem origem no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e encontra sua base filosófico-política contemporânea na interpretação influente e duradoura sistematizada por Norberto Bobbio. Para o autor, essa dicotomia reside fundamentalmente na postura diante do ideal de igualdade: enquanto a esquerda busca mitigar as desigualdades sociais, a direita tende a aceitá-las ou justificá-las. Trata-se de uma oposição excludente, em que toda posição política necessariamente se localiza em algum ponto do eixo. Bobbio (2011) reconhece, também, a relatividade do conceito de igualdade, que varia conforme os sujeitos envolvidos, os bens a serem distribuídos e os critérios adotados. Por isso, distingue a igualdade de igualitarismo absoluto. Ao rejeitar as tentativas de superação desse conceito, o autor reafirma: “Basta desautorizar um dos dois termos, não lhe reconhecendo mais nenhum direito à existência; se tudo é esquerda, não há mais direita e, reciprocamente, se tudo é direita, não há mais esquerda” (Bobbio, 2011, p. 61).

Antes mesmo da sistematização esquerda-direita consolidada por Bobbio (2011) no início dos anos 1990, outros autores já estavam imbuídos da tarefa de inaugurar uma tradição explicativa acerca dessa temática. Nomes como Lipset e Rokkan (1967) propuseram a teoria das clivagens duráveis para explicar como as divisões sociais podem tornar-se ideológicas e estruturantes para os sistemas partidários na perspectiva de um eixo esquerda-direita. Igualmente importante é ressaltar o avanço do debate proposto por Sartori (1976), que critica o uso impreciso da dicotomia esquerda-direita nos estudos sobre partidos, enquanto defende sua

validade analítica desde que bem definida. Para ele, ainda que ambígua, continua sendo uma ferramenta classificatória útil.

A ampliação do escopo de análise sobre as orientações ideológicas e seus fundamentos normativos, ocorrida anteriormente à sistematização das ideias por Bobbio em 1995, contou com autores como Kolakowski (1968) e Gorz (1991). O primeiro entendia a esquerda como um movimento revolucionário, que nega o *status quo* e sendo norteado por uma noção utópica. Já o segundo propõe uma abordagem mais pragmática que se ancora na capacidade da esquerda de basear-se em diagnósticos do presente para explorar temas com potencial emancipatório.

A crescente necessidade de enfrentar os dilemas das democracias contemporâneas levou autores como Giddens (1994, 1999) a reavaliar o eixo esquerda-direita à luz de novos desafios. Embora reconheça sua continuidade, Giddens (1994, 1999) propõe a reformulação da social-democracia por meio da chamada “terceira via”, que busca conciliar justiça social com responsabilidade individual e modernização institucional.

No campo da teoria normativa, autores como Miller (1999) e Honneth (2015) oferecem contribuições que, embora não tratem diretamente da clivagem esquerda-direita, permitem interpretações associadas. Miller (1999) propõe uma teoria plural da justiça distributiva que articula os princípios de necessidade, mérito e igualdade. A partir dessa formulação, pode-se interpretar que a esquerda tende a priorizar o atendimento às necessidades e à igualdade, enquanto a direita valoriza o mérito e a responsabilidade individual. Honneth (2015), por sua vez, amplia a discussão ao desenvolver uma teoria do reconhecimento que integra dimensões materiais e simbólicas da justiça por meio das esferas do amor, do direito e da solidariedade. Embora seu foco não seja a ideologia, suas propostas dialogam com pautas historicamente associadas à esquerda, como identidade, inclusão e direitos civis, buscando articular redistribuição e reconhecimento em uma concepção ampliada de justiça.

O conceito de esquerda-direita mantém sua pertinência como expressão de conflitos entre projetos societários distintos. Safatle (2013) retoma a centralidade do igualitarismo na tradição da esquerda, compreendendo-o como compromisso que atravessa tanto a redistribuição material quanto as lutas por reconhecimento, norteando políticas de combate às hierarquias sociais. Já Fausto (2007) apresenta critérios mínimos para identificar posições à esquerda, como defender os interesses de quem não detém o capital, buscar igualdade com liberdade e valorizar o mérito sem idealizações excessivas.

Diante do exposto, a escala esquerda-direita permanece como uma referência fundamental para compreender as orientações ideológicas e os conflitos normativos que permeiam os sistemas políticos contemporâneos. Apesar das transformações sociais, das críticas e das limitações apontadas, essa dicotomia continua oferecendo um quadro interpretativo valioso para analisar posições políticas, projetos de sociedade e disputas por justiça social. Reconhecer suas potencialidades e seus limites é essencial para um uso crítico e rigoroso desse conceito no campo das Ciências Sociais e Política.

2.2.1 Autoposicionamento ideológico: fundamentos e limitações

Para além da discussão sobre o significado do eixo esquerda-direita, é necessário compreender de que forma essa dimensão é operacionalizada nas pesquisas empíricas. Entre os procedimentos mais recorrentes, destaca-se a medida de autoposicionamento ideológico, consolidada como um dos principais instrumentos de mensuração da orientação política dos indivíduos. Sua ampla utilização deve-se, sobretudo, à simplicidade tanto na compreensão pelos respondentes quanto na aplicação em diferentes contextos sociopolíticos, o que lhe confere elevada popularidade e aceitação na literatura.

Amplamente adotada na Ciência Política, a medida de autoposicionamento ideológico oferece vantagens analíticas para a compreensão do espaço partidário, a redução do ruído decorrente da multiplicidade de fatores envolvidos na decisão eleitoral e o aprofundamento do conhecimento social e político-partidário. Atribui-se ao *American National Election Studies* (ANES) o desenvolvimento da tradicional escala de sete pontos, que varia de “extremamente liberal” a “extremamente conservador” e tem por objetivo captar a orientação ideológica autorrelatada dos indivíduos. Essa medida é amplamente utilizada em *surveys* internacionais e nacionais, como o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Estudos recentes, como o de Yeung e Quek (2025), utilizam essa escala como base para testar diferentes formas de mensuração do autoposicionamento ideológico. Versões alternativas também são aplicadas em estudos sobre ideologia partidária no Brasil. Bolognesi (2024), por exemplo, emprega uma escala de dez pontos em uma pesquisa com especialistas, evidenciando a flexibilidade metodológica e a possibilidade de conversão entre diferentes formatos. Assim, embora a escala de sete pontos permaneça como um referencial importante nos estudos sobre autoposicionamento ideológico, a literatura também valida o uso de escalas alternativas em distintos contextos analíticos e metodológicos.

A ampla disseminação e utilização da escala esquerda-direita não elimina os debates teóricos sobre a sua validade. Converse (1964) em sua análise clássica, ao introduzir o conceito de sistema de crenças como forma de organizar ideias e atitudes interligadas com o grau de *constraint*⁹, isto é, pela coerência entre diferentes posicionamentos políticos. A partir de evidências empíricas, o autor demonstrou que a maioria dos cidadãos comuns não organiza suas crenças de acordo com princípios ideológicos estruturados. Tendo assim, implicações sobre o autoposicionamento ideológico, ao sugerir que a autodeclaração em um eixo unidimensional pode refletir percepções difusas e sujeitas a variações conjunturais.

Posteriormente, autores como Sniderman, Brody e Tetlock (1991) argumentaram que o autoposicionamento ideológico opera como uma heurística cognitiva, servindo como um atalho mental para reduzir a complexidade do ambiente político. E que mesmo em contextos de baixa sofisticação política, categorias como “esquerda” e “direita” são utilizadas pelos cidadãos como instrumentos de categorização que auxiliam o processamento da informação e a tomada de decisão. Zaller (1992) reforça essa perspectiva ao mostrar que predisposições ideológicas funcionam como filtros cognitivos que determinam quais informações são recebidas e mobilizadas na formação de opiniões.

Embora parte da literatura contemporânea reconheça que a ideologia pode assumir um caráter multidimensional (Lupton, 2009; Feldman; Johnston, 2014), a escala esquerda-direita permanece como medida consolidada e eficaz para captar diferenças políticas em pesquisas comparativas, razão pela qual será adotada neste trabalho.

2.3 Considerações finais sobre a ideologia como variável explicativa

Diante da complexidade e da magnitude da conceituação da ideologia, bem como a base utilizada para a sua mensuração enquanto orientação política, este capítulo buscou articular diferentes abordagens teóricas a fim de fundamentar sua relevância como variável explicativa do comportamento político, mais especificamente no campo das políticas ambientais.

⁹ Embora o termo “ideologia” seja amplamente estudado, o texto opta por “sistema de crenças”, definido como um conjunto de ideias e atitudes interligadas por algum tipo de restrição ou interdependência funcional. Em um sentido estático, essa restrição se manifesta na previsibilidade de que, ao saber que alguém tem uma atitude específica, podemos supor outras atitudes relacionadas (por exemplo, um conservador que se opõe à expansão da Seguridade Social também tende a se opor a outras políticas intervencionistas). Já no caso dinâmico, a restrição implica que uma mudança na percepção de uma ideia — quanto à sua verdade ou desejabilidade — pode gerar ajustes psicológicos em outras ideias relacionadas. Isso se assemelha à lógica formal, onde alterar o valor de uma proposição exige ajustes em outras interdependentes. Essas restrições podem ser medidas em diferentes graus entre os indivíduos (Converse, 1964).

As interpretações discutidas contemplaram uma abordagem clássica, desde a sua dimensão de crenças e heurística cognitiva até seu papel na produção de narrativas que conferem legitimidade à ordem social existente e promovem coesão em torno de normas e valores. Mostrou, ainda, que o autoposicionamento ideológico, embora amplamente utilizado, exige atenção quanto às suas limitações e potencialidades em contextos empíricos específicos, como o brasileiro. Apesar das críticas, o autoposicionamento permanece uma ferramenta valiosa por sua capacidade de sintetizar posicionamentos políticos de forma acessível e comparável, funcionando como um importante indicador para estudos quantitativos sobre atitudes políticas.

Dessa forma, essas reflexões teóricas fornecem a base necessária para a próxima etapa deste trabalho. No capítulo seguinte, será detalhado o percurso metodológico adotado, bem como as técnicas aplicadas para analisar empiricamente como a ideologia influencia as atitudes em relação às políticas ambientais no Brasil.

3 METODOLOGIA

Para investigar o papel da ideologia na estruturação do apoio a políticas ambientais no contexto brasileiro, foram utilizados dados da Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia (PVAAA), conduzida pela Universidade Federal do Pará entre 02 de abril e 24 de maio de 2024, em parceria com a CP2 Consultoria, Pesquisa e Planejamento. De abordagem mista — combinando entrevistas presenciais e por telefone —, a pesquisa tem como universo a população brasileira com 16 anos ou mais, contando com amostra total de 1.789 entrevistas, margem de erro de 2 pontos percentuais e nível de confiança de 95%. Foi realizada sobre amostragem da população residente na região Norte ($n = 589$), permitindo análises mais precisas desse segmento, com margem de erro de 4 pontos percentuais.

A análise foi conduzida no software R (2025.05.0 Build 496), por meio do ambiente RStudio, com uso de pacotes consolidados na literatura. Foram aplicadas técnicas estatísticas como análise de componentes principais (ACP), análise fatorial confirmatória (CFA), regressões lineares e logísticas, testes de interação, modelos aditivos generalizados (GAM), análise de variância (ANOVA) e estimativas por bootstrap. Essas ferramentas permitiram construir indicadores válidos, testar hipóteses com controle de confundidores sociodemográficos e explorar efeitos condicionais relevantes.

3.1 Descrição das variáveis e do modelo de análise

As variáveis foram organizadas em quatro grupos principais: (1) a independente, correspondente ao autopercebido ideológico, utilizado em todos os modelos como preditor central do apoio a políticas públicas ambientais e do grau de preocupação climática; (2) variável dependente, representada centralmente pelo Índice de Ambientalismo Político (IAP), além de outras variáveis de interesse que expressam o nível de prioridade atribuído pelo Estado ao combate ao aquecimento global e à importância das queimadas na Amazônia nesse contexto; (3) as variáveis de controle, compostas por condicionantes sociodemográficas (gênero, renda, escolaridade e idade), com o objetivo de isolar os efeitos da variável independente; e, (4) variável moderadora, incorporada com o intuito de explorar possíveis efeitos condicionais da ideologia e verificar se experiências pessoais — como a vivência de eventos climáticos extremos — modificam sua influência sobre as atitudes ambientais.

O autoposicionamento ideológico constitui a variável independente principal desta dissertação. Trata-se de medida amplamente consolidada na literatura de ciência política, cuja fundamentação teórica e limitações metodológicas foram discutidas no Capítulo 2 (Sniderman; Brody; Tetlock, 1991; Zaller, 1992; Yeung; Quek, 2025; Bolognesi, 2024). A variável foi operacionalizada por meio de escala de 1 a 7 (ANES, 2020): Esquerda (1 a 2), Centro (3 a 5) e Direita (6 a 7), permitindo a realização de testes de comparação de médias entre grupos ideológicos.

A variável dependente principal consiste no Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP), construído a partir de três questões da PVAAA que avaliam o posicionamento dos entrevistados diante de propostas de retrocesso ambiental. Para verificar a consistência interna e a validade psicométrica do índice, foram conduzidas Análise Fatorial Confirmatória (CFA) e Análise de Componentes Principais (ACP), conforme recomendações de Hair et al. (2009) e Reise, Waller e Comrey (2000). Confirmadas as propriedades psicométricas adequadas, procedeu-se à padronização das variáveis, soma dos escores e reescalação do índice para faixa de 0 a 10 (Hair et al., 2009), na qual pontuações mais altas indicam maior rejeição a políticas de retrocesso ambiental.

As três questões da PVAAA utilizadas para a composição do IAP têm como objetivo avaliar o grau de concordância dos entrevistados com propostas que envolvem um possível enfraquecimento da proteção ambiental: (1) “Aumentar agrotóxicos permitidos”; (2) “Permitir garimpo em terras indígenas”; e, (3) “Diminuir regras de licenciamento ambiental”. As respostas foram registradas em uma escala de cinco pontos, sendo eles: "Concorda totalmente", "Concorda parcialmente", "Não concorda nem discorda", "Discorda parcialmente" e "Discorda totalmente".

A escolha dessas questões fundamenta-se em referências centrais da literatura sobre valores e atitudes ambientais. As proposições abordam temáticas que, segundo diversos estudos (Dunlap; Van Liere, 1978, 1984, 2000; Inglehart, 1995), representam pontos de tensão entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Embora alguns autores apontem limitações nessas perspectivas ao destacarem a relevância de contextos econômicos e culturais diversos (Brechin; Kempton, 1997; Fairbrother, 2013), há convergência quanto à legitimidade da rejeição a políticas regressivas como indicador de orientação pró-ambiental, mesmo em países em desenvolvimento. As questões incluídas no IAP

buscam captar uma dimensão substantiva da orientação ambiental dos entrevistados, articulando fundamentos teóricos reconhecidos com questões de relevância política no contexto brasileiro contemporâneo.

A utilização de variáveis de controle sociodemográficas é essencial para confirmar a validade das inferências causais em pesquisas empíricas. Como argumentam King, Keohane e Verba (1994), a omissão de variáveis relevantes pode comprometer a capacidade analítica do modelo, atribuindo efeitos causais à variável principal quando, de fato, resultam de fatores não controlados.

As variáveis sociodemográficas selecionadas como controle nesta pesquisa baseiam-se em sua relevância teórica no estudo de atitudes políticas e ambientais. Estudos indicam, por exemplo, que mulheres tendem a expressar maior preocupação ambiental do que homens (Zelezny et al., 2000; Lee, 2009), que jovens apresentam maior receptividade a reformas ecológicas (Polli; Camargo, 2016). Além disso, renda e escolaridade estão associadas à assimilação de valores pós-materialistas e ao acesso à informação ambiental (Inglehart, 1995; Van Liere; Dunlap, 1980), embora tais relações possam variar conforme o contexto social. A inclusão dessas variáveis fortalece a robustez dos modelos, contribuindo para inferências mais precisas sobre o papel da ideologia nas atitudes ambientais.

Além do controle exercido pelas variáveis sociodemográficas, esta pesquisa incorpora uma variável moderadora com o objetivo de explorar se a influência da ideologia sobre as atitudes ambientais varia de acordo com experiências recentes dos entrevistados. Especificamente, investiga-se se ter sido afetado por eventos climáticos extremos — como tempestades, alagamentos, calor intenso, seca, queimadas ou vendavais — altera a força ou direção dessa relação. A variável foi operacionalizada a partir da pergunta: “*Nos últimos cinco anos, você ou alguém de sua família foi afetado por eventos ambientais extremos?*”, com respostas posteriormente binarizadas (“Sim” = 1; “Não” = 0).

O uso de variáveis moderadoras é metodologicamente pertinente em modelos que buscam identificar efeitos condicionais, ou seja, situações em que o impacto de uma variável independente depende de características ou vivências específicas dos respondentes (Hayes, 2018). No campo das atitudes ambientais, estudos sugerem que o contato direto com desastres naturais pode intensificar a percepção de risco e estimular o apoio a medidas de proteção ecológica (van der Linden, 2015; Spence et al., 2011). Assim, espera-se verificar se esse tipo

de vivência tem o potencial de alterar o padrão esperado entre ideologia política e apoio ao ambientalismo.

4 RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os percentuais de concordância e discordância da população brasileira em relação às três políticas ambientais selecionadas. A análise desses dados revela uma clara tendência à rejeição de medidas que acarretariam enfraquecimento da proteção ambiental. Em relação à proposição de "Aumentar agrotóxicos permitidos", a vasta maioria dos respondentes expressou discordância total ou parcial, somando 77,2%. De forma similar, a ideia de "Permitir garimpo em terras indígenas" encontrou ainda maior resistência, com 78,2% dos entrevistados discordando. Já a política de "Diminuir regras de licenciamento ambiental" também enfrentou maior discordância (58,6%) do que concordância (29,4%), embora a rejeição não seja tão acentuada quanto nos outros dois itens.

Tabela 1 - Descritivas das variáveis de apoio a políticas ambientais.

Escala	Itens (%)		
	Aumentar agrotóxicos permitidos	Diminuir regras de licenciamento ambiental	Permitir garimpo em terras indígenas
Concorda totalmente	5,7	13,4	6,4
Concorda	8,3	16	8,1
Não concorda/Nem discorda	8,8	12	7,3
Discorda	14,3	16,1	9,1
Discorda totalmente	62,9	42,5	69,1

Fonte: PVAAA (2024).

Nota: a Tabela 1 apresenta os percentuais de concordância e discordância da população brasileira em relação a três propostas ambientais polêmicas. As respostas foram distribuídas em uma escala ordinal de cinco categorias, da concordância total à discordância total.

A rejeição a políticas de retrocesso ambiental (Tabela 1) converge com a preocupação quanto ao papel governamental no combate ao aquecimento global (Tabela 2). Esse dado confirma no cenário atual o quadro que a literatura mencionada anteriormente estabeleceu (Crespo, 1993; Bakaki; Bernauer, 2018): a percepção do público brasileiro quanto aos temas ambientais é notável e sua preocupação, acentuada.

Tabela 2 - Descritivas das variáveis de preocupação ambiental.

Escala	Itens (%)
--------	-----------

	Prioridade governamental para o AG	Contribuição das queimadas na Amazônia para o AG
Nenhum	2,1	5
Pouca	3,8	4,5
Média	13,1	17,9
Muita	81	72,7

Fonte: PVAAA (2024).

Nota: a Tabela 2 apresenta os percentuais de preocupação da população brasileira com o papel do governo na mitigação do aquecimento global e com a contribuição das queimadas na Amazônia. As respostas foram categorizadas em escala ordinal de quatro níveis: nenhum, pouca, média e muita preocupação. AG, Aquecimento Global.

A Tabela 3 apresenta os resultados referentes ao papel da ideologia sobre a preocupação ambiental, controlada por características sociodemográficas. Como se trata de apenas duas variáveis, não foi proposta a construção de medidas compostas. Ambas apresentam escalas de quatro pontos, com forte concentração nos extremos. Por isso, optou-se por construir modelos de regressão logística com suas versões binarizadas (sendo o 1 igual a “preocupado”). Além disso, foram estimados modelos lineares com as escalas originais de quatro pontos, com o objetivo de testar a robustez dos resultados obtidos pela regressão logística.

Tabela 3 - Modelos de regressão linear e logística para medidas de preocupação.

	Prioridade governamental para o AG		Contribuição das queimadas na Amazônia para o AG	
	log	linear	log	Linear
Intercepto	3,68*** (0,434)	10,57*** (0,310)	2,41*** (0,364)	9,97*** (0,387)
Ideologia	-0,18*** (0,038)	-0,11*** (0,027)	-0,14*** (0,032)	-0,20*** (0,034)
Idade	0,02 (0,057)	-0,01 (0,044)	0,14** (0,050)	0,07 (0,055)
Gênero (ref=feminino)	-	-	-	-
Masculino	-0,62*** (0,152)	-0,51*** (0,119)	-0,71*** (0,135)	-0,80*** (0,150)
Outro	-2,05 (1,498)	-2,88 (1,470)	-1,32 (1,471)	-2,55 (1,838)
Escolaridade	-0,14* (0,058)	-0,07 (0,044)	-0,08 (0,050)	-0,02 (0,055)
Renda	-0,07 (0,067)	-0,07 (0,052)	-0,08 (0,059)	-0,02 (0,066)
R ²	0,043	0,035	0,48	0,044

Fonte: PVAAA (2024).

Nota: a Tabela 3 apresenta coeficientes estimados por meio de modelos de regressão logística (variáveis dependentes binárias: 1 = “preocupado”) e linear (variáveis em escala de quatro pontos). Os coeficientes representam efeitos marginais, e os valores entre parênteses são erros-padrão. A categoria de referência para gênero é o feminino. Os asteriscos indicam níveis de significância estatística: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. AG, Aquecimento Global.

Os coeficientes da ideologia foram significativos em todos os modelos testados, indicando que, quanto mais à direita o indivíduo se posiciona, menor sua preocupação ambiental. Especificamente, indivíduos de direita tendem a relativizar o papel governamental no combate ao aquecimento global e a concordar menos que as queimadas amazônicas contribuem para esse fenômeno.

Avançamos nas análises, agora testando o papel da ideologia sobre as atitudes contrárias a políticas nocivas ao meio ambiente. Suspeita-se que, embora o paradoxo entre atitudes de preocupação ambiental e a falta de apoio a políticas preservacionistas não se confirme na opinião pública nacional, a ideologia contribua com explicações mais acentuadas quando analisamos o que chamamos aqui de medidas implicatórias. Essas medidas envolvem julgamentos sobre ações concretas e decisões governamentais que podem representar retrocessos ambientais.

Para isso, é proposta a redução das três variáveis (ver Tabela 1) a uma medida composta, que passou de forma satisfatória por testes psicométricos de redução de dimensionalidade (Pasquali, 2019). Modelos de Análise Fatorial Confirmatória (CFA) e Componentes Principais (ACP) indicaram estrutura unidimensional coerente para o Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP). A CFA resultou em cargas superiores ao mínimo sugerido pela literatura (0,4) (Hair *et al.*, 2009). As cargas para a análise de componentes principais foram elevadas para os três itens, variando entre 0,69 e 0,72. A variância total explicada de 49% sugere que os itens capturam um mesmo construto latente (Reise, Waller & Comrey, 2000).

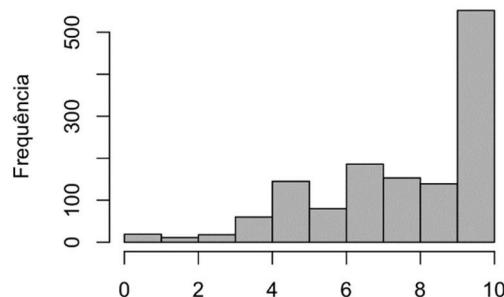
Tabela 4 - Estatísticas de redução de dimensionalidade.		
Itens	Cargas (CFA)	Cargas (ACP)
Agrotóxicos	0,456	0,69
Licenças ambientais	0,463	0,69
Garimpo em TI	0,521	0,72
Variância Explicada=49%		
$\alpha = 0,48$		

Fonte: PVAAA (2024).

Nota: a Tabela 4 apresenta as cargas fatoriais obtidas por meio da Análise Fatorial Confirmatória (CFA) e da Análise de Componentes Principais (ACP), aplicadas aos três itens relacionados a políticas ambientais. As cargas representam o grau de associação de cada item com um fator comum, indicando coerência na estrutura dos dados. A variância explicada refere-se à proporção total das variações nas respostas que foi sintetizada por esse fator, ou seja, 49% da diversidade das opiniões dos participantes foi agrupada em um padrão comum, revelando que esse componente capta de maneira significativa as tendências gerais dos dados.

Do ponto de vista substantivo, o teste revela que há coerência nas atitudes da população frente a diferentes dimensões de retrocesso ambiental. Esse alinhamento normativo fortalece o argumento de que existem valores ecológicos que são compartilhados entre os indivíduos. Confirmada a adequação psicométrica, foi construído o Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP), variando de 0 a 10, no qual pontuações mais altas representam posturas mais favoráveis à preservação ambiental em termos de políticas públicas regulatórias.

Gráfico 1 - Distribuição do Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP).



Fonte: PVAAA (2024).

Notas: o Gráfico 1 apresenta a distribuição do Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP), construído com base nas respostas a itens sobre políticas ambientais controversas. Os valores do IAP variam de 0 a 10, representando o nível de apoio do respondente a medidas pró-ambientais, sendo 10 o maior grau de apoio. As barras indicam a frequência absoluta de cada pontuação, com concentração mais alta nos valores 8, 9 e 10, sugerindo uma tendência predominante de forte apoio ao ambientalismo político.

A Tabela 5 apresenta resultados de diferentes modelos de regressão linear para aprofundar o relacionamento entre ideologia e o apoio ao ambientalismo político. A primeira coluna não adiciona controles ao efeito da ideologia. Observa-se que cada avanço na escala de sete pontos resulta, em média, numa redução de 0,23 no IAP. A segunda coluna incorpora variáveis de controle (idade, gênero, escolaridade e renda) e confirma a relevância da ideologia, cujo coeficiente sofre apenas leve redução.

Como teste complementar, propõe-se um terceiro modelo, desta vez sem os controles sociodemográficos, mas considerando a medida dicotômica de experiência com eventos climáticos extremos nos últimos 5 anos. O objetivo é verificar se a ideologia permanece como fator relevante diante dessa experiência, bem como testar um possível efeito interativo.

Os resultados da terceira coluna indicam que o efeito da ideologia é potencializado na presença dessa nova medida, a qual também se revelou estatisticamente significativa, com efeito positivo. Sendo assim, vivenciar eventos climáticos extremos eleva, em média, 0,64 ponto no IAP, mesmo considerando a relevância do efeito já estabelecido pela ideologia. A interação entre as duas variáveis, contudo, não demonstrou significância estatística.

Tabela 5 - Modelos de regressão linear para o IAP.

	<i>Sem controles</i>	<i>Com controles</i>	<i>Interação com experiência</i>
Intercepto	8,70*** (0,154)	8,28*** (0,320)	8,50*** (0,603)
Idéologia	-0,23*** (0,029)	-0,21*** (0,030)	-0,30** (0,109)
Idade	- 0,05 (0,047)	- 0,05 (0,047)	- 0,05 (0,047)
Gênero (ref=feminino)	- Masculino - Outro - Escolaridade - Renda - Experiência - Idéologia*Experiência	- -0,74 *** (0,128) -0,40 (1,593) 0,09* (0,046) 0,04 (0,056) - - - 0,64* (0,324) 0,051 (0,062)	- - - - - - - 0,64* (0,324) 0,051 (0,062)
<i>R</i> ²	0,047	0,075	0,054

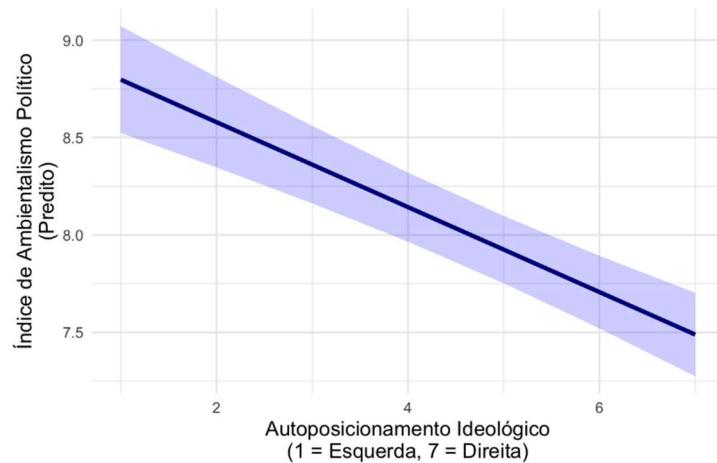
Fonte: PVAAA (2024).

Notas: Valores entre parênteses correspondem aos erros padrão. Níveis de significância: * p < 0,1; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

O Gráfico 2 apresenta, graficamente, o efeito da ideologia sobre o IAP em termos de valores preditos, considerando o modelo com controles (segunda coluna da Tabela 5). Com isso

é possível constatar que a diferença no efeito acumulado entre os pólos da escala ultrapassa um ponto, o que não é desprezível.

Gráfico 2 - Valores preditos do IAP para a escala ideológica, com controles.



Fonte: PVAAA (2024).

Notas: O gráfico apresenta os valores preditos do Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP) ao longo da escala ideológica (1 = esquerda; 7 = direita), com base no modelo de regressão linear com controles sociodemográficos. A linha representa a tendência estimada e a área sombreada indica o intervalo de confiança de 95%

Em síntese, os modelos de regressão evidenciam que a ideologia exerce um papel importante sobre as atitudes ambientais. Esse padrão se manteve, mesmo após o controle por variáveis sociodemográficas e pela inclusão da experiência com eventos climáticos extremos. Embora exista um apoio expressivo a políticas ambientais e uma ampla preocupação com as mudanças climáticas, a análise dentro dos grupos ideológicos mostra que essa adesão não é homogênea. Portanto, a adesão a pautas ambientais passa, em certa medida, por disputas políticas que estruturam o debate público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou o papel da ideologia na estruturação das atitudes da população brasileira em relação às políticas públicas de preservação ambiental. Os resultados obtidos permitem avançar na compreensão dos mecanismos que condicionam o apoio a medidas ecológicas em contextos de polarização política, articulando evidências empíricas com marcos teóricos consolidados na literatura sobre comportamento político e atitudes ambientais.

A análise confirmou que a ideologia constitui preditor significativo das atitudes ambientais no Brasil, operando como filtro cognitivo que modula tanto a percepção da gravidade dos problemas ecológicos quanto a aceitação de políticas preservacionistas. Os dados revelaram que, embora exista preocupação generalizada com questões ambientais na população brasileira, essa preocupação não se traduz de forma homogênea em apoio a políticas específicas. Indivíduos posicionados à direita do espectro ideológico demonstraram menor aderência ao Índice de Apoio ao Ambientalismo Político (IAP), com diferença acumulada superior a um ponto entre os extremos da escala, mesmo após controle de variáveis sociodemográficas.

A construção e validação do IAP constitui contribuição metodológica deste trabalho, oferecendo instrumento de mensuração específico para o contexto brasileiro que permite avaliar não apenas atitudes abstratas de preocupação ambiental, mas o posicionamento concreto diante de políticas com implicações regulatórias. A estrutura unidimensional identificada pelos testes psicométricos indica coerência nas atitudes da população frente a diferentes dimensões de retrocesso ambiental, sugerindo existência de valores ecológicos compartilhados que se manifestam de forma consistente em múltiplos domínios de política pública.

No contexto brasileiro, esse fenômeno manifesta-se tanto na avaliação da prioridade que o governo deve atribuir ao combate ao aquecimento global quanto no reconhecimento da contribuição das queimadas na Amazônia para esse problema. A constatação de que a ideologia mantém seu efeito mesmo quando controlada a vivência de eventos climáticos extremos reforça o argumento de que orientações políticas estruturam de forma profunda a receptividade a diferentes instrumentos de política ambiental.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para a literatura sobre atitudes ambientais em contextos de países em desenvolvimento, questionando modelos pós-materialistas que associam consciência ecológica exclusivamente a sociedades que superaram necessidades materiais básicas. Os dados brasileiros evidenciam configuração distinta, na qual

elevada preocupação ambiental coexiste com intensas desigualdades socioeconômicas, sugerindo que a sensibilidade ecológica pode ter raízes em experiências práticas de vulnerabilidade e em configurações culturais específicas, não apenas em transformações valorativas pós-materialistas.

As implicações para a formulação de políticas públicas ambientais decorrem do reconhecimento de que o apoio a medidas preservacionistas não resulta apenas de comunicação científica ou de demonstração técnica de sua necessidade. A polarização ideológica das atitudes ambientais indica que estratégias de implementação devem considerar como diferentes grupos políticos enquadram questões ecológicas e como esses enquadramentos afetam a legitimidade percebida das intervenções governamentais. Políticas ambientais tecnicamente sólidas podem encontrar resistência significativa quando percebidas como ameaças a valores defendidos por determinados grupos ideológicos, independentemente de sua eficácia demonstrada.

A constatação de que experiências com eventos climáticos extremos elevam o apoio ao ambientalismo político, ainda que não alterem fundamentalmente o papel estruturante da ideologia, sugere que a materialização dos impactos das mudanças climáticas pode ampliar a base de apoio a políticas preservacionistas. Contudo, essa ampliação ocorre dentro de limites impostos por clivagens ideológicas preexistentes, indicando que a mera exposição a consequências ambientais não é suficiente para superar divisões políticas profundas.

Este trabalho apresenta limitações que apontam caminhos para pesquisas futuras. A análise baseou-se em dados transversais, o que não permite inferências sobre mudanças temporais nas atitudes ou sobre relações causais entre ideologia e ambientalismo. Estudos longitudinais poderiam examinar como eventos políticos específicos, mudanças de governo ou episódios climáticos extremos afetam a estruturação ideológica das atitudes ambientais ao longo do tempo. Além disso, a pesquisa concentrou-se no autoposicionamento ideológico como medida principal, não explorando outras dimensões como partidarismo, identidade social ou valores culturais específicos que podem mediar a relação entre orientação política e atitudes ambientais.

A ausência de análises sobre o papel da confiança institucional e da influência das elites políticas, embora justificada pela delimitação do escopo, constitui lacuna que pesquisas subsequentes podem abordar. Investigações sobre como a credibilidade de instituições ambientais e os sinais emitidos por lideranças políticas interagem com predisposições

ideológicas na formação de atitudes podem oferecer compreensão mais completa dos mecanismos que condicionam o apoio a políticas preservacionistas.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades regionais significativas e por heterogeneidade nas experiências com problemas ambientais, análises comparativas entre regiões e grupos socioeconômicos podem revelar nuances importantes na relação entre ideologia e atitudes ambientais. A possibilidade de que fatores contextuais específicos modifiquem a força ou a direção dessa relação merece atenção empírica detalhada.

Por fim, os resultados desta pesquisa indicam que a construção de consensos sobre políticas ambientais no Brasil enfrenta desafios que transcendem a dimensão técnica ou informacional. A polarização ideológica das atitudes ecológicas sugere que a efetividade das estratégias de preservação ambiental dependerá não apenas de sua adequação científica, mas também da capacidade de articular apoio político em contexto de divisões profundas. Compreender essas dinâmicas constitui passo necessário para o desenvolvimento de abordagens que conciliem imperativo ecológico com viabilidade política em democracias polarizadas.

REFERÊNCIAS

ANACHE, M. C. A.; LAURENCEL, L. C. A economia psicopolítica e a economia da felicidade: repensando consumo, renda e meio ambiente. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, p. 01-19, jan./dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2020.e67351> . Acesso em: 26 de jun. de 2025.

ANES - *AMERICAN NATIONAL ELECTION STUDIES. Time Series Study Full Release*, 2021. Disponível em: www.electionstudies.org. Acesso em: 07 de jun. de 2025.

BAKAKI, Z.; BERNAUER, T. *Do economic conditions affect public support for environmental policy?* **Journal of Cleaner Production**, 2018.

BLOCKER, T. J.; ECKBERG, D. L. *Gender and environmentalism: Results from the 1993 General Social Survey.* **Social Science Quarterly**, v.78, n.4, 841–858, dez, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42863735>. Acesso em: 26 de jun. de 2025.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda:** razões e significados de Uma Distinção Política. 4 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOLOGNESI, B. **Como medir ideologia partidária?** Revista de Sociologia Política. v. 32, e016, 2024.

BRECHIN, S. R.; KEMPTON, W. *Beyond postmaterialist values: national versus individual explanations of global environmentalism.* **Social Science Quarterly**, v. 78, n. 1, p. 16–20, mar. 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42863669> . Acesso em: 26 de jun. de 2025.

BUTTEL, F. H.; FLINN, W. L. *The structure of support for the environmental movement, 1968-1970.* **Rural Sociology**, 39 (1), 56–69, 1974. Disponível em: https://reader.library.cornell.edu/docviewer/digital?id=chla5075626_4325_001#page/57/mod/e/1up. Acesso em: 26 de jun. de 2025.

BUTTEL, F. H.; JOHNSON, D. E. *Dimensions of Environmental Concern: Factor Structure, Correlates, and Implications for Research.* **The Journal of Environmental Education**, v. 9, n. 2, p. 49–64, 1977. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00958964.1977.10801872> . Acesso em: 02 de dez. de 2025.

CAMPBELL, T. H.; KAY, A. C. *Solution aversion: on the relation between ideology and motivated disbelief*. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 107, n. 5, p. 809–824, nov. 2014. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2014-44347-002> . Acesso em: 26 de jun. de 2025.

CARMAN, C. J. *Dimensions of Environmental Policy Support in the United States*. Social Science Quarterly, v. 79, n. 4, p. 717–729, 1998. Disponível em:
<https://eprints.gla.ac.uk/75354/> . Acesso em: 03 de dez. de 2025.

COHEN, S. *States of Denial: Knowing about Atrocities and Suffering*. Cambridge: Polity Press, 2001.

CONVERSE, P. E. *The Nature of Belief Systems in Mass Publics*. In: APTE D. E. *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964. p. 206–261, 1964.

CRESPO, S. O Brasil na era verde: a consciência ecológica no país segundo pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, v. I, n. 2, p. 120–148, 1993.

DOBSON, A. *Green Political Thought*. 3. ed. Londres e New York: Routledge, 2001.

DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. G. *Global environmental concern an anomaly for postmaterialism*. *Social Science Quarterly*, v. 78, n. 1, p. 24–29, mar. 1997. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Riley-Dunlap/publication/288765126_Global_Environmental_Concern_An_Anomaly_for_Postmaterialism/links/59d7b54d0f7e9b12b361211d/Global-Environmental-Concern-An-Anomaly-for-Postmaterialism.pdf . Acesso em: 26 de jun. de 2025.

DUNLAP, R. E.; VAN LIERE, K. D. *Commitment to the dominant social paradigm and concern for environmental quality*. *Social Science Quarterly*, v. 65, n.4, 1013-1028, dez. 1984. Disponível em:
<https://www.proquest.com/openview/e5e10b3b12b143c5fe3e7e1ed472326c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1816420>. Acesso em: 26 de jun. de 2025.

DUNLAP, R. E.; VAN LIERE, K. D. *The “New Environmental Paradigm”: a proposed measuring instrument and preliminary results*. *Journal of Environmental Education*, 9, 10-19, 1978. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00958964.1978.10801875>. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

FAIRBROTHER, M. H. *Rich people, poor people, and environmental concern: evidence across nations and time*. *European Sociological Review*, v. 29, n. 5, p. 910–922, out. 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/esr/article-abstract/29/5/910/429871?redirectedFrom=fulltext> . Acesso em: 26 de jun. de 2025.

FAIRBROTHER, M. H. *Public opinion about climate policies: A review call for more studies of what people want*. *PLOS Climate*, 1(5), e.30, 2022. Disponível em: <https://journals.plos.org/climate/article?id=10.1371/journal.pclm.0000030> . Acesso em: 21 de jul. de 2025.

FAUSTO, R. **A Esquerda Difícil: em torno do paradigma e do destino das revoluções do século XX e alguns outros temas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FREITAS, R. C. M. **A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento**. Estudos Feministas, 889-899, setembro-dezembro 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300014>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1994.

GIDDENS, A. **Runaway World: how globalisation is reshaping our lives**. Londres: Profile Books, 1999.

GORZ, A. **Capitalismo, socialismo e ecologia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GUBER, D. L. **Environmental Concern and the Dimensionality Problem: A New Approach to an Old Predicament**. Social Science Quarterly, v. 77, n. 4, p. 882–890, 1996.

GUY, S.; KASHIMA, Y.; WALKER, I. **Investigating the effects of knowledge and ideology on climate change beliefs**. *European Journal of Social Psychology*, 44, 421–429, 2014.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264313665>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

HA, H. Y.; MULYE, R. *Explaining Public Support for Climate Change Mitigation Policies An Analytical Framework*. **World Journal of Management**, v.6, n. 1, p. 201–222, 2015.

Disponível em: <https://zantworldpress.com/product-single/poId-1647-pageId-1497/> . Acesso em 13 de dez. de 2025.

HAIR, J.F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. *Multivariate data analysis*. 7 ed., Upper Saddle River: Prentice Hall, 2009.

HAMILTON, L. C. *Who cares about water pollution? Opinions in a small-town crisis*. *Sociological Inquiry*, 55, 170–181, 1985. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1475-682X.1985.tb00857.x>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

HAYES, A. F. *Partial, conditional, and moderated moderated mediation: Quantification, inference, and interpretation*. **Communication Monographs**, v. 85, n. 1, p. 4–40, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03637751.2017.1352100> . Acesso em: 26 de jul. de 2025.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 79–93.

INGLEHART, R. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. *Public support for environmental protection: objective problems and subjective values in 43 societies*. **PS: Political Science & Politics**, 28 (1), 57–72, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/4bn9OM9>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

INGLEHART, R. **The Silent Revolution: changing values and political styles among western publics**. Princeton University Press, 2016.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2022: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment

Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Genebra: IPCC, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 05 janeiro 2025.

KAHAN, D. M. *Cultural Cognition of Scientific Consensus*. **Journal of Risk Research**, v. 14, n. 2, p. 147–174, 2013. Acesso em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13669877.2010.511246> . Acesso em: 20 de nov. de 2025.

KINDER, D. R. *Diversity and complexity in American public opinion*. **Political Science: the state of the discipline**, 389-425 ,1983.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KINGDON, J. W. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2 ed. Nova Iorque: HarperCollins College Publishers, 1995.

KENNEDY, E. “*Ideology*” from *Destutt de Tracy to Marx*. **Journal of the History of Ideas**. Vol. 40, nº3, Jul.-Sep., 353 - 368, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2709242> . Acesso em: 21 de jul. de 2025.

KOLAKOWSKI, L. *The alienation of reason: a history of positivist thought*. Garden City: Doubleday, 1968.

KONISKY, D. M.; MILYO, J.; RICHARDSON, L. E. *Environmental Policy Attitudes: Issues, Geographical Scale, and Political Trust*. **Social Science Quarterly**, v. 89, n. 5, p. 1066–1085, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42956363> . Acesso em: 20 de nov. de 2025.

KULIN, J.; SEVA, I. J. *Quality of Government and the Relationship Between Environmental Concern and Pro-Environmental Behavior: A Cross-National Study*. **Environmental Politics**, v. 30, n. 5, p. 727–752, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09644016.2020.1809160> . Acesso em: 20 de nov. de 2025.

KYSELÁ, E.; ŠCASNÝ, M.; ZVERINOVÁ, I. *Attitudes Toward Climate Change Mitigation Policies: A Review of Measures and a Construct of Policy Attitudes*. **Climate Policy**, v. 19, n. 7, p. 878–892, 2019. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14693062.2019.1611534> . Acesso em: 20 de nov. de 2025.

LEE, K. *Gender differences in Hong Kong adolescent consumers' green purchasing behavior*. *Journal of Consumer Marketing*, 26 (2), 87-96, 2009. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/07363760910940456/full/html>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

LEISEROWITZ, A. *Climate change risk perception and policy preferences: the role of affect, imagery, and values*. *Climatic Change*, Dordrecht, v. 77, n. 1-2, p. 45-72, 2006 Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10584-006-9059-9> . Acesso em: 22 maio 2025.

LIU, X.; VEDLITZ, A.; SHI, L. *Examining the determinants of public environmental concern: Evidence from national public surveys*. *Environmental Science & Policy*, maio 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2014.02.006>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S., **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. New York: Free Press, 1967.

MARTINEZ, A. S.; CHRISTOFOLETTI, R. (coord.): **o ano mais quente da história**. [S. l.]: Maré de Ciência; Unifesp; Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica; Fundação Grupo Boticário; UNESCO; MCTI, 2024. (Série Brasil em Transformação: o impacto da crise climática, Caderno Técnico n. 1), 2024. Disponível em: <https://portal.unifesp.br/destaques/cidades-eventos-climaticos-extremos> . Acesso em: 22 maio 2025.

MANNHEIM, K., **Ideologie und Utopie**. Bonn: Friedrich Cohen Verlag, 1929.

MCSTAY, J.; DUNLAP, R. E. **Male-Female Differences in Concern for Environmental Quality**. *International Journal of Women's Studies*, 6, 291-301, 1983. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232568051_MaleFemale_Differences_in_Concern_for_Environmental_Quality . Acesso em: 29 de jun. de 2024.

MILLER, D. **Principles of social justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

NIE, N.; VERBA, S.; PETROCIK, J. R.. **The changing voter**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. Editora Vozes Limitada, 2017.

PIERCE, J.; LOVRICH, N. P. **Public Knowledge and Environmental Politics: The United States and Japan**. Boulder: Westview Press, 1980.

POLLI, G. M.; CAMARGO, B. V. Representações sociais do meio ambiente para pessoas de diferentes faixas etárias. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 2, p. 392-406, ago. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

REISE, S.P.; WALLER, N. G.; COMREY, A. L. *Factor analysis and scale revision. Psychological Assessment*, 12, 287 - 297, 2000. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F1040-3590.12.3.287>. Acesso em: 21 de jul. de 2025.

SAFATLE, V. **A Esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

SARTORI, G. **Parties and party systems: a framework for analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

SHELLEY, M. **Frankenstein**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. A., TETLOCK, P. E.; **Reasoning and choice: explorations in political psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SPENCE, A.; POORTINGA, W.; BUTLER, C.; PIDGEON, N. *Perceptions of climate change and willingness to save energy related to flood experience*. **Nature Climate Change**, v. 1, n. 1, p. 46–49, 2011. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nclimate1059>. Acesso em: 26 de jul. de 2025.

STERN, P. C.; DIETZ, T.; KALOF, L.; GUAGNANO, G. A. *Values, beliefs and pro-environmental action: Attitude formation toward emergent attitude objects*. **Journal of Applied Social Psychology**, 25, 1611–1636, 1995. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1559-1816.1995.tb02636.x>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, Programas e o Debate sobre Esquerda e Direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149–165, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/JK9SrZwCBvgwNB8DgR5m4yN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de nov. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. PPGCP/UFPA, Belém, 2024. Disponível em: <https://www.ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/484-live-do-pvaaa-ocorrera-no-dia-30-de-julho>. Acesso em: 23 de jul. de 2025.

VAN BOVEN, L.; SHERMAN, D. K. *Elite Influence on Public Attitudes About Climate Policy*. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 42, p. 85–91, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2352154621000711>. Acesso em: 20 de nov. de 2025.

VAN DER LINDEN, S. *The social-psychological determinants of climate change risk perceptions: Towards a comprehensive model*. **Journal of Environmental Psychology**, v. 41, p. 112–124, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494414001170?via%3Dhub>. Acesso em: 26 de jul. de 2025.

VAN LIERE, K. D.; DUNLAP, R. E. *The Social Bases of Environmental Concern: A Review of Hypotheses, Explanations and Empirical Evidence*. **The Public Opinion Quarterly**, 44 (2), 181–197, 1980. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article-abstract/44/2/181/1863849>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

VAN LIERE, K. D.; DUNLAP, R. E. *Environmental Concern: Does It Make a Difference How It's Measured?* Environment and Behavior, v. 13, n. 6, p. 651–676, 1981. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232497667_Environmental_Concern_Does_it_Make_a_Difference_How_it's_Measured. Acesso em: 25 de nov. de 2025.

VEIGA, L. F.; RIBEIRO, E. A.; PIAIA, V. R. *The Environment in Brazil's 2022 Presidential Election*. **Brazilian Political Science Review**, v. 17, n. 3, e0004, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/JtzZTzwXhGgPRpYwgC9YyDK/?lang=en>. Acesso em: 25 de nov. de 2025.

XIAO, C.; DUNLAP, RILEY, E. *Validating a Comprehensive Model of Environmental Concern Cross-Nationally: A U.S.–Canadian Comparison*. *Social Science Quarterly*, v. 88, n. 2, p. 471–493. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4791052_Validating_A_Comprehensive_Model_of_Environmental_Concern_Cross-Nationally_A_US-Canadian_Comparison. Acesso em: 21 de nov. de 2025.

WHITTAKER, M.; SEGURA, G. M.; BOWLER, S. *Racial/Ethnic Group Attitudes toward the Protection of Environmental in California: Is ‘Environmentalism’ Still a White Phenomenon?* *Political Research Quarterly*, 58 (3), 435–447, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240724477_RacialEthnic_Group_Attitudes_Toward_Environmental_Protection_in_California_Is_Environmentalism_Still_a_White_Phenomenon. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

YEUNG, E. S. F.; QUEK, K. *Self-reported political ideology*. *Political Science Research and Methods*, 13, 412–433, 2025. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/political-science-research-and-methods/article/selfreported-political-ideology/C2BED995008303104F4D43819B5FCC1E>. Acesso em: 21 de jul. de 2025.

ZALLER, J. *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ZELEZNY, L. C.; CHUA, P.; ALDRICH, C. *New Ways of Thinking about Environmentalism: Elaborating on Gender Differences in Environmentalism*. *Social Issues*, 56, 443-457, 2000. Disponível em: <https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/0022-4537.00177>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

ZUCCO JR., C. *Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior*. *Legislative Studies Quarterly*, v. 36, n. 3, p. 363–396, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23053247>. Acesso em: 20 de nov. de 2025.

APÊNDICES

Apêndice A – Código em R Para Análise Estatística

```
# Carregamento dos pacotes necessários
library(tidyverse)
library(psych)
library(lavaan)
library(corrplot)
library(readxl)

# Leitura dos dados
dados <- read_excel("PVAAA - Banco de dados.xlsx")

# Filtrar casos válidos (excluir NS/NR = 98, 99)
dados <- dados %>%
  filter(poli_2 < 98
        & poli_3 < 98 & ind_4 < 98)

# Variável de preocupação ambiental
dados$clim_8_rec <- ifelse(dados$clim_8 %in% c(98, 99, -1), NA, dados$clim_8)
dados$clim_8_rec <- ifelse(!is.na(dados$clim_8_rec), 5 - dados$clim_8_rec, NA)
dados$clim_9_rec <- ifelse(dados$clim_9 %in% c(98, 99, -1), NA, dados$clim_9)
dados$clim_9_rec <- ifelse(!is.na(dados$clim_9_rec), 5 - dados$clim_9_rec, NA)

# Binarizar
dados$clim_8_bin <- ifelse(dados$clim_8_rec == 4, 1,
                            ifelse(is.na(dados$clim_8_rec), NA, 0))
dados$clim_9_bin <- ifelse(dados$clim_9_rec == 4, 1,
                            ifelse(is.na(dados$clim_9_rec), NA, 0))

# Reescalar clim_8_rec (de 1–4) para 0–10
dados$clim_8_010 <- (dados$clim_8_rec - 1) / (4 - 1) * 10
```

```

dados$clim_9_010 <- (dados$clim_9_rec - 1) / (4 - 1) * 10

# 1. CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE APOIO DE AMBIENTALISMO POLÍTICO (IAP)

#1.1. ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA INTERNA

alpha_iap <- alpha(dados[, c("poli_2", "poli_3", "ind_4")])

print(alpha_iap)

#2.2. ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA

modelo_iap <- '

apoio =~ poli_2 + poli_3 + ind_4

fit_iap <- cfa(modelo_iap, data = dados)

summary(fit_iap, fit.measures = TRUE, standardized = TRUE)

cargas <- parameterEstimates(fit_iap, standardized = TRUE)

cargas[cargas$op == "=~", c("lhs", "rhs", "std.all")]

#2.3. DIAGNÓSTICO DE UNIDIMENSIONALIDADE

pca_iap <- principal(dados[, c("poli_2", "poli_3", "ind_4")],

nfactors = 1)

print(pca_iap)

dados$iap_bruto <- with(dados, poli_2 + poli_3 + ind_4)

# Reescalar o índice para o intervalo de 0 a 10

dados$iap <- with(dados, 10 * (iap_bruto - min(iap_bruto, na.rm = TRUE)) /

(max(iap_bruto, na.rm = TRUE) - min(iap_bruto, na.rm = TRUE)))

# 3. ESTATÍSTICAS DESCRIPTIVAS DOS ÍNDICES

# Resumo estatístico

summary(dados$iap)

# Histogramas

par(mfrow = c(1, 1))

hist(dados$iap,

main = "",
```

```

xlab = "",

ylab = "Frequência",

col = "gray")

# Carregar pacote necessário

library(dplyr)

# Selecionar as variáveis de interesse

variaveis <- dados %>%
  select(poli_2, poli_3, ind_4, clim_8_rec, clim_9_rec)

# Calcular frequências percentuais para cada variável

frequencias <- lapply(variaveis, function(var) {

  prop.table(table(var)) * 100

})

# Exibir resultados

frequencias

##### # Correlação entre ideologia e ambientalismo político

dados <- dados %>%
  filter(att_2 < 98)

cor.test(dados$att_2, dados$iap,
  method = "pearson")

# Visualização da relação

library(ggplot2)

ggplot(dados, aes(x = att_2, y = iap)) +
  geom_point(alpha = 0.3) +
  geom_smooth(method = "lm", color = "black") +
  geom_smooth(method = "loess", color = "gray") +
  labs(x = "Autoposicionamiento Ideológico (1=Esquerda, 7=Direita)",
       y = "Índice de Ambientalismo Político",

```

```

title = "") +
theme_minimal()

# Categorizar ideologia

dados$ideologia_cat <- cut(dados$att_2,
                            breaks = c(0, 2, 5, 7),
                            labels = c("Esquerda", "Centro", "Direita"))

# Comparaçao de médias

tapply(dados$iap, dados$ideologia_cat,
       mean, na.rm = TRUE)

# Teste ANOVA

anova_ideologia <- aov(iap ~ ideologia_cat,
                        data = dados)

summary(anova_ideologia)

# Post-hoc (Tukey)

TukeyHSD(anova_ideologia)

# Modelo simples

modelo1 <- lm(iap ~ att_2, data = dados)

summary(modelo1)

# Modelo com termo quadrático (relação não-linear)

modelo2 <- lm(iap ~ att_2 + I(att_2^2),
               data = dados)

summary(modelo2)

# Teste de comparação de modelos

anova(modelo1, modelo2)

# Modelo completo com controles

dados <- dados %>%

```

```

filter(soc_3a < 98 &
       soc_4 < 98 &
       soc_8 < 98 &
       soc_9 < 98 &
       soc_10 < 98 &
       soc_5 < 98 &
       soc_reg < 98 &
       clim_7 < 98)

modelo3 <- lm(iap ~
               att_2 +                  # Ideologia
               soc_3a +                  # Idade
               factor(soc_4) +           # Gênero
               soc_9 +                  # Escolaridade
               soc_10,                  # Renda
               data = dados)

summary(modelo3)

# Visualização dos coeficientes

library(coefplot)

coefplot(modelo3, intercept = FALSE)

# Modelo com interação

dados$clim_3_rec <- ifelse(dados$clim_3 == 1, 1,
                             ifelse(dados$clim_3 == 2, 0, NA))

modelo4 <- lm(iap ~
               att_2 * clim_3_rec,
               data = dados)

summary(modelo4)

```

```

# Visualização da interação

library(interactions)

interact_plot(modelo4, pred = att_2, modx = clim_3,
              interval = TRUE,
              x.label = "Ideologia",
              y.label = "Ambientalismo Político",
              legend.main = "Afetado por\neventos climáticos")

# GAM para capturar não-linearidades

library(mgcv)

modelo_gam <- gam(iap ~
  s(att_2) +           # Spline para ideologia
  soc_3a + soc_10,
  data = dados)

summary(modelo_gam)

plot(modelo_gam, shade = TRUE)

library(randomForest)

rf_modelo <- randomForest(iap ~
  att_2 + soc_3a + soc_4 + soc_8 +
  soc_9 + soc_10 + clim_3 + valc_1,
  data = na.omit(dados),
  importance = TRUE)

# Importância das variáveis

varImpPlot(rf_modelo)

library(boot)

# Função para bootstrap

boot_ideologia <- function(data, indices) {
  d <- data[indices, ]

```

```

fit <- lm(iap ~ att_2, data = d)

return(coef(fit)["att_2"])

}

# Executar bootstrap

boot_results <- boot(data = dados, statistic = boot_ideologia,
                      R = 1000)

# Intervalos de confiança

boot.ci(boot_results, type = "bca")

# Por região

modelos_regiao <- by(dados, dados$soc_reg, function(x) {

  lm(iap ~ att_2, data = x)

})

# Extrair coeficientes

coefs_regiao <- sapply(modelos_regiao, function(x) coef(x)["att_2"])

# Gráfico principal do efeito da ideologia

library(ggeffects)

efeitos <- ggpredict(modelo3, terms = "att_2")

ggplot(efeitos, aes(x, predicted)) +
  geom_ribbon(aes(ymin = conf.low, ymax = conf.high),
              alpha = 0.2, fill = "blue") +
  geom_line(size = 1.2, color = "darkblue") +
  labs(x = "Autoposicionamento Ideológico\n(1 = Esquerda, 7 = Direita)",
       y = "Índice de Ambientalismo Político\n(Predito)",
       title = "",
       subtitle = "") +
  theme_minimal() +
  theme(plot.title = element_text(face = "bold", size = 14),

```

```

axis.title = element_text(size = 12))

# Tabela resumo dos modelos

library(stargazer)

stargazer(modelo1, modelo2, modelo3, modelo4,
           type = "text",
           title = "Determinantes do Ambientalismo Político",
           dep.var.labels = "Índice de Ambientalismo Político",
           covariate.labels = c("Ideologia", "Ideologia2",
                               "Idade", "Gênero", "etc."))

## Modelos logísticos

modelo_logit1 <- glm(clim_8_bin ~ att_2 +
                      soc_3a +      # Idade
                      factor(soc_4) + # Gênero
                      soc_9 +       # Escolaridade
                      soc_10,       # Renda
                      data = dados,
                      family = binomial)

summary(modelo_logit1)

modelo_logit2 <- glm(clim_9_bin ~
                      att_2+      # Renda
                      soc_3a +      # Idade
                      factor(soc_4) + # Gênero
                      soc_9 +       # Escolaridade
                      soc_10,       # Renda
                      data = dados,
                      family = binomial)

summary(modelo_logit2)

```

```
modelo_lm1 <- lm(clim_8_010 ~  
  att_2 +      # Ideologia  
  soc_3a +      # Idade  
  factor(soc_4) + # Gênero  
  soc_9 +      # Escolaridade  
  soc_10,      # Renda  
  data = dados)
```

```
summary(modelo_lm1)
```

```
modelo_lm2 <- lm(clim_9_010 ~  
  att_2 +      # Ideologia  
  soc_3a +      # Idade  
  factor(soc_4) + # Gênero  
  soc_9 +      # Escolaridade  
  soc_10,      # Renda  
  data = dados  
)
```

```
summary(modelo_lm2)
```

```
modelo_lm3 <- lm(clim_8_010 ~  
  att_2 +      # Ideologia  
  soc_3a +      # Idade  
  factor(soc_4) + # Gênero  
  soc_9 +      # Escolaridade  
  soc_10,      # Renda  
  data = dados)
```

```
summary(modelo_lm3)
```

```
modelo_lm4 <- lm(clim_9_010 ~  
  att_2 +      # Ideologia  
  soc_3a +      # Idade  
  factor(soc_4) + # Gênero  
  soc_9 +      # Escolaridade  
  soc_10,      # Renda  
  data = dados  
)  
summary(modelo_lm4)
```